



Juntos pelo Povo

**Eleição para a Assembleia Legislativa da Região
Autónoma da Madeira**

Programa Eleitoral 2024-2028

APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo do Partido Juntos Pelo Povo (JPP) para o quadriénio 2024-2028 é um contrato social sério, um pacto confiável e exequível, que é firmado entre nós e a população da Madeira e Porto Santo.

Um compromisso baseado na realidade, na verdade e nas necessidades prementes das populações. Não se trata apenas de um conjunto de medidas articuladas. Muito menos um rol de expressões utópicas e demagógicas.

É acima de tudo um Programa de Governo que se traduz, sem ambiguidades, em linhas fundamentais de um projeto de transformação social da nossa vida coletiva e que marca, com prudente nitidez, a urgente e inadiável transformação económica, social, cultural, ambiental e tecnológica de que a Região Autónoma da Madeira (RAM) precisa para poder enfrentar, com nova e fundada esperança, tempos de profunda incerteza global.

ÍNDICE

DA DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA	4
DA CIDADANIA.....	5
VIRAR A PÁGINA	5
COMPROMISSOS	6
AS NOSSAS CAUSAS DE SEMPRE	7
SAÚDE.....	9
Reduzir as listas de espera, despolitizar o setor, pugnar pela transparência e pela eficiência ..	9
ECONOMIA, ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	12
Diversificar as fontes de crescimento económico, acabar com a apatia, eliminar protecionismos e constrangimentos	12
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO.....	19
Colocar a política ao serviço do povo.....	19
AGRICULTURA.....	20
Valorizar a produção regional e contribuir para a paisagem humanizada	20
PESCAS.....	22
Modernizar o setor e aumentar o rendimento dos pescadores	22
FISCALIDADE.....	24
Devolver aos madeirenses o diferencial fiscal de 30% no IRS e no IVA.....	24
INFLAÇÃO	26
Devolver às famílias parte da receita fiscal extraordinária	26
HABITAÇÃO.....	27
Respeitar a Constituição, fomentar a construção a preços acessíveis e bonificar os casais jovens.	27
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	29
Um pacto para reduzir a pobreza e assegurar a coesão social.....	29
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	34
Criar um Fundo Ambiental para promoção do desenvolvimento sustentável.....	34
JUVENTUDE	39
Um travão na saída de talentos.....	39
URBANISMO E GESTÃO TERRITORIAL.....	41
Arquitetar ambientes públicos aprazíveis e sustentáveis	41
EDUCAÇÃO	43
Ao serviço da economia e da sociedade	43
TURISMO	55

Preservar a autenticidade em tempos de massificação	55
CULTURA E PATRIMÓNIO.....	57
Aprofundamento de uma sociedade democrática mais evoluída, culta e informada	57
COMUNIDADES: EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO	60
Saber acolher para ser bem recebido	60
PORTO SANTO	61
Esbater a dupla insularidade	61

DA DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA

Este contrato social do JPP é um projeto que se define pela dignificação dos valores humanos essenciais. Pela opção Democrática e Humanista. Estes são os princípios doutrinários que regem a nossa Intervenção Política. A adequação da nossa ação política à realidade concreta dos problemas que mais preocupam os madeirenses e porto-santenses é o nosso foco.

Existem barreiras que tendem a comprometer o futuro da Democracia e da Autonomia. Há muito que é visível na sociedade madeirense um silêncio sofrido e comprometedor. A sensação de que os dias amanhecem e escurecem e, para a maioria das pessoas e as famílias, nada de novo acontece na Região. Há um notório e preocupante receio em exprimir opinião própria. Vivenciamos uma Democracia anestesiada e uma Autonomia acanhada, sem força, sem peso e sem respeito institucional.

Talvez por que a qualidade de vida não melhora. Os salários continuam dos mais baixos de todo o território nacional. A carga fiscal é a mais elevada de todas as regiões ultraperiféricas da União Europeia. O custo de vida é dos mais pesados. O número de madeirenses e porto-santenses em risco de pobreza é o segundo maior do país e das regiões ultraperiféricas da Europa.

A saúde não responde às reais necessidades das pessoas e há uma notória incapacidade política para introduzir as medidas que são reclamadas, prometidas e permanentemente adiadas há anos.

A Agricultura e as Pescas definham. A política do mar não conhece novas marés.

A Transição Digital é uma ficção.

O combate às Alterações Climáticas não passa de uma narrativa propagandística.

As Pessoas, em particular as mais idosas, sobrevivem com pensões miseráveis.

A juventude, a mais bem qualificada de sempre, não encontra futuro na sua própria terra.

A Educação continua a gerar jovens sem a escolaridade mínima obrigatória.

A formação profissional e a aquisição de novas competências deixaram de ser prioridade. A Autonomia só serve os interesses de alguns.

A falta de Habitação, consagrada como um direito constitucional, associada à especulação imobiliária, aos baixos salários e aos juros altos, é hoje um dos maiores obstáculos para os casais jovens.

A Inflação galopante não conhece qualquer medida implementada pelo Governo Regional, apesar de todos reconhecerem que a situação tem empurrado a classe média para a fronteira da pobreza.

A base da Economia assenta nos mesmos pressupostos dos últimos 45 anos, que são o turismo, o comércio e serviços e as obras públicas.

Durante a crise sanitária, muito se falou na necessidade de requalificar o destino Madeira. Houve consenso generalizado em torno da urgente diversificação das fontes da débil economia regional, para não ficarmos na dependência do turismo, mas passada a pandemia o Governo Regional voltou ao modelo económico de onde nunca quis sair.

A Autonomia já não resolve nenhum destes problemas. Não há medidas inovadoras.

DA CIDADANIA

A recorrente tendência da governança regional para a ausência de planeamento atempado, e a falta de coragem política para tomar medidas que assegurem o futuro dos madeirenses e porto-santenses, perante a incerteza global, a guerra, as alterações climáticas e o surgimento de novas pandemias, têm revelado novas realidades e novos problemas às populações residentes, que ficam sem resposta.

Os propagandeados recordes na economia continuam a não ter expressão equivalente no aumento dos salários. É o velho chavão de que a economia cresce, mas as populações vivem todos os dias com dificuldades.

A massificação do turismo tem sido aproveitada para subir o preço das habitações e do custo de vida, colocando os madeirenses a pagar como se fossem turistas. É também notório que o grande fluxo turístico começa a saturar alguns dos pontos de interesse do arquipélago, dificultando o seu usufruto por todos.

A opacidade em múltiplos atos da governação e na administração pública regional, a instrumentalização e governamentalização das entidades com poderes de fiscalização e as advertências sucessivas do Tribunal de Contas, são sinais reveladores de uma preocupante e visível falta de transparência que impede o normal escrutínio vigente nas sociedades democráticas. É notada a existência de uma letargia induzida de forma artificial e propositada, que tem funcionado como uma perigosa anestesia mental.

A governança, nos últimos anos, escudou-se na pandemia da Covid-19 e na crise provocada pela invasão da Rússia na Ucrânia. Nada mais!

VIRAR A PÁGINA

É o momento de virar a página. Até porque existem condições propícias que não podem ser desperdiçadas. É preciso aproveitar, com rigor e total transparência, os fundos financeiros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para resolver problemas endémicos crónicos, modernizar a Região e melhorar de forma significativa a qualidade de vida dos Madeirenses.

Portugal, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, receberá até 2030 cerca de metade do total das ajudas que obteve nos últimos 35 anos de integração na União Europeia.

É a oportunidade derradeira para a Região mudar de paradigma económico, social e cultural e colocar no cimo das prioridades um modelo de baixa fiscalidade para atrair investimento externo gerador de emprego e melhores salários.

É tempo de devolver aos madeirenses e porto-santenses, de forma progressiva, o diferencial de 30% no IVA e no IRS, que lhes foi retirado devido ao descalabro da governação PSD em 2012, com consequente pedido de resgate financeiro. Trata-se de um direito consagrado na Constituição Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região.

Está por concretizar uma verdadeira política de Saúde que assegure os tempos máximos de resposta garantidos em todos os atos médicos praticados pelo Serviço Regional de Saúde.

Resolver, no decurso na próxima legislatura, a carência de Habitação. Criar condições económicas para que os nossos jovens permaneçam na Região com salários justos e adequados às suas qualificações.

Realizar a promessa feita e não respeitada de assegurar a linha marítima por ferry, entre a Madeira e o continente. Pugnar para que se cumpra o estipulado para a mobilidade aérea entre a Região e o continente de cada madeirense pagar apenas 86 euros e os estudantes 65 euros.

No plano social, apoiar quem realmente e comprovadamente precisa e acabar com a partidarização e a duplicação de subsídios.

Conceder à agricultura e aos agricultores uma política de rendimentos digna e justa. Colocar o setor primário como principal alavanca do mundo rural. Produzir legislação que valorize a produção regional e promova o consumo dos produtos locais.

Combater as alterações climáticas. Valorizar o ambiente e a água. Concretizar uma profícua política para o mar, atenta à proteção da biodiversidade marinha, à exploração responsável dos recursos e capaz de proporcionar novas oportunidades de emprego qualificado. Envolver a Universidade da Madeira na análise e proposta de soluções de combate às alterações climáticas.

Promover a transição digital. Colocar a ciência, a investigação e as novas tecnologias na base das decisões políticas.

“Ir em Frente. Sem Medo!”, todos juntos, como sempre fizemos, no caminho para resgatar a Região do marasmo em que se encontra, no plano económico, social, cultural, ambiental e também ao nível da cidadania democrática, ativa e responsável. Este é sem tibiezas o grande desígnio regional dos madeirenses e porto-santenses, para se cumprir já, a partir de 2024.

COMPROMISSOS

Estabelecer na Saúde Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) em todos os atos médicos não urgentes; aumentar a eficiência do Serviço Regional de Saúde e dotá-lo de transparência, criando uma plataforma onde os doentes possam consultar a posição que ocupam nas listas de espera para consultas, cirurgias e exames.

Prover a estabilidade fiscal e negociar com as entidades nacionais e de Bruxelas um modelo de fiscalidade diferenciado e atrativo, capaz de captar investimento estrangeiro e minimizar os constrangimentos económico e sociais gerados pela condição de Região Ultraperiférica.

Devolver aos madeirenses o diferencial fiscal de 30% no IVA e no IRS, conforme consagrado na Lei de Finanças Regionais e que lhes foi retirado na sequência do descalabrado financeiro da governação PSD, medida que deveria ter sido ~~removida~~ alterada em 2015.

Executar um plano de redução das despesas nas administrações públicas em todos os gastos supérfluos, reduzindo 10 a 15% da despesa anual.

Credibilizar a Autonomia e afirmar a Madeira no espaço nacional e europeu através da Reforma do Sistema Político. Uma afirmação suportada em medidas corajosas e concretas. Desde logo, a criação de um regime de incompatibilidades e impedimentos aplicado aos Deputados eleitos à ALRAM, a instalação de um Gabinete de Luta Contra a Corrupção, a limitação do número de mandatos para a presidência do GR e a alteração dos regimes jurídicos das comissões parlamentares de inquérito.

A Autonomia pressupõe capacidade e legitimidade para a Região poder realizar políticas diferentes. É consabido que a insularidade sobrecarrega a vida dos madeirenses em mais 30% do que os continentais. O Subsídio de Insularidade visa atenuar esses custos, mas é atribuído apenas aos funcionários da administração pública regional. Por via do IRS, é tempo de consagrar o Subsídio de Insularidade a todos os madeirenses e porto-santenses.

O agravamento das rendas e preços das casas, os juros inoportáveis para a compra de habitação e a subida da inflação, são hoje dos maiores problemas que enfrenta a cada vez mais proletarizada classe média e os jovens que querem constituir Família. A Autonomia deve esgotar todas as possibilidades de que dispõe para impedir uma maior vulnerabilidade das pessoas e das famílias.

Tem faltado ao Governo Regional ambição e políticas arrojadas para dinamizar e valorizar a Agricultura, o Mar e as Pescas. O potencial da Região nestas áreas não poderá ficar-se pela retórica e pela gestão do generoso pacote de subsídios comunitários. É preciso elevar os rendimentos dos que trabalham nestes setores.

A proteção do nosso Património Natural deve ser encarada como um desígnio fundamental e um dos maiores desafios que se colocam à sociedade moderna, mas também como uma peça fulcral para a qualidade de vida dos nossos Cidadãos.

A política social tem de estar focada na vulnerabilidade da pessoa idosa, dos jovens oriundos de famílias de baixos recursos financeiros, nas famílias carenciadas, nos desempregados com baixas qualificações e nos madeirenses que regressam com grandes dificuldades depois de anos emigrados.

AS NOSSAS CAUSAS DE SEMPRE

Desde que o JPP passou a denunciar e a falar de aspetos relacionados com o custo de vida, com especial destaque para o preço da garrafa de gás, que na Madeira custa mais 13 euros do que nos Açores;

Quando começamos a denunciar os preços praticados nos portos;

Quando passamos a exigir o cumprimento da promessa da linha ferry que, como ficou comprovado, se traduz em melhores preços e mais concorrência;

Desde que passamos a exigir a descida do IVA para que tenhamos preços mais baratos e acessíveis;

Quando decidimos denunciar o monopólio e a escravatura por parte da GESBA aos produtores de banana, que recebem hoje menos por um quilo de banana do que recebiam há 15 anos;

Desde que passamos a exigir celeridade, rigor e transparência nas listas de espera para cirurgias, consultas e exames de diagnóstico;

Quando alertamos para a necessidade de reduzir custos e despesas públicas;

Quando denunciámos que temos o maior Governo de que há memória, com 10 secretarias, quando os governos anteriores funcionaram com cinco;

Quando apontamos para o aumento do número de elementos dos conselhos de administração de entidades públicas empresariais para absorver os apetites dos partidos que governaram a Região;

Quando chamamos à atenção para o orçamento da Quinta Vigia, onde a rubrica “Serviços” apresenta um acréscimo da despesa superior a 90%;

Quando alertamos para a investigação da revista “Sábado” que revelou como é que o presidente do Governo Regional gastou 120 mil euros dos nossos impostos numa viagem à Venezuela;

Quando todo este despesismo contrasta com as enormes dificuldades dos madeirenses, em especial a classe média, que enfrenta o aumento da inflação, dos bens alimentares, da energia, dos combustíveis, das rendas e do crédito à habitação;

Quando defendemos a responsabilização política perante casos de alegada corrupção e tráfico de influências;

Desde que o JPP passou a trazer a público todos estes temas, passou a ser, naturalmente, um alvo a abater.

Mas, todos juntos, continuamos a “Ir em Frente. Sem medo!”

SAÚDE

Reduzir as listas de espera, despolitizar o setor, pugnar pela transparência e pela eficiência

O Povo, na sua infinita sabedoria, diz que “com a Saúde não se brinca”. A Saúde é, na realidade, um dos temas que os madeirenses valorizam como uma das suas maiores preocupações.

Tornar o Serviço Público de Saúde mais eficiente obriga, necessariamente, a uma reorganização do setor onde a aposta terá de ser, primeiramente, ao nível dos cuidados de saúde primários e no contexto de proximidade. É fundamental que o utente seja o foco da prestação dos cuidados de saúde.

Infelizmente, as listas de espera revelam que não é isso que tem acontecido. Desde 2015, com a liderança governativa de Miguel Albuquerque, o número de pessoas em lista de espera para cirurgias, consultas e exames auxiliares de diagnóstico subiu de forma descontrolada, tendo atingido níveis nunca antes vistos, ao mesmo tempo que cresceu o número de madeirenses sem médico de família.

A nova liderança governativa havia garantido aos madeirenses, em 2015, uma redução substancial do número de pessoas em listas de espera. Mas os números e os resultados são reveladores de uma profunda incapacidade política para resolver este problema crónico, verificando-se um agravamento na ordem dos 86 por cento, entre 2015 e 2021.

Os doentes madeirenses não são inferiores aos demais portugueses e por isso não devem esperar mais do que o tempo clinicamente razoável por uma cirurgia, exame ou consulta.

Não é aceitável manter os cidadãos anos e anos a fio em listas de espera, em clara perda de qualidade de vida e danos morais, sem uma resposta ou qualquer informação prestada pelo SESARAM. Esta prática abusiva viola o direito elementar de acesso a cuidados de saúde como estabelece a Constituição.

É um dos imperativos da Região uma nova organização funcional do Sistema Público de Saúde Regional, com menos política, mais eficiente, mais próximo e mais humano.

Falta uma política transparente de dados, a exemplo do que acontece ao nível nacional. As pessoas que precisam de uma cirurgia numa unidade pública têm o direito de ser incluídas na lista de espera, a receber um certificado comprovativo da inscrição e a ter acesso aos dados que lhe dizem respeito, a fim consultar a sua posição na lista de espera.

Os números oficiais de 2021 desmontam toda a retórica oficial. No final desse ano, existiam 118.412 atos médicos/sinalizações em lista de espera, o que, numa Região com pouco mais de 250 mil habitantes, demonstra que o Governo Regional de Miguel Albuquerque falhou no setor da Saúde. Atualmente, dados oficiais contabilizam 92 mil atos médicos em lista de espera, mas sem que sejam consideradas todas as especialidades para consulta disponíveis, para além de exames que ficam por conhecer. Uma omissão deliberada que só comprova o real estado da Saúde na Região.

A lista de espera para cirurgia passou de 16 400 doentes em 2015 para 17 772 em 2023. Cerca de 30 mil doentes aguardam por exames e 37 mil (correspondente a 46 mil consultas) aguardam por uma consulta de especialidade. Esta é a realidade que penaliza os utentes, a confiança no sector público da Saúde e origina diagnósticos tardios, com clara perda de qualidade de vida para o paciente. Isto sem considerar os rastreios ao cancro que se mantêm de forma casuística e que já

deveriam estar a ser realizados a todos os grupos de risco como o rastreio ao cancro do colo do útero e o rastreio ao cancro do colon e do reto.

OBJETIVO: Recentrar o Serviço Regional de Saúde no utente, humanizar os cuidados de saúde, reduzir de forma transparente as listas de espera, despolitizar e credibilizar o sistema.

Medidas

Fazer cumprir os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) nos serviços de Saúde, por forma a reduzir as listas de espera para cirurgias, exames e consultas de especialidade.

Introduzir modelos de transparência de dados nos atos médicos, que permita ao doente acompanhar a sua situação, a posição que ocupa na lista e o tempo de espera previsto.

Reforçar a dotação orçamental para o Programa de Recuperação de Cirurgias e de especial Acesso a Cuidados de Saúde.

Implementar a Carta dos Direitos dos Doentes, adotando modelos de compensação no público e no privado quando é ultrapassado o tempo máximo de resposta na prestação dos cuidados de saúde.

Dar à saúde mental uma nova dimensão, reforçando as políticas de prevenção e dotando o Serviço de mais meios humanos e técnicos.

Contratar recursos humanos para todo o SESARAM, EPERAM, com especial atenção para as áreas de comprovada carência técnica especializada (anestesiastas, psiquiatras, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico, entre outros), bem como de outros profissionais não especializados.

Criar o Sistema Integrado de Gestão dos Inscritos em Cirurgia (SIGIC), permitindo uma maior abrangência das situações clínicas, fundamentada numa análise de custo/benefício.

Criação de incentivos à fixação de profissionais de saúde na Região, principalmente no que concerne às especialidades com maior carência no Serviço Regional de Saúde (um programa especial de remuneração para fixação).

Valorizar o desempenho dos profissionais de saúde com a devida retribuição relativamente ao trabalho desenvolvido.

Apostar nos cuidados preventivos e reforçar os cuidados paliativos.

Implementar, para todos os utentes, uma equipa de saúde atribuída, com cobertura de médicos de família, sendo o recurso apenas em situações de exceção.

Reforçar a intervenção nos cuidados continuados integrados, com especial enfoque nas equipas domiciliárias multidisciplinares, promover a reabilitação em ambiente familiar, a estabilidade das rotinas diárias dos pacientes e a redução de entradas nos Serviço de Urgência e em listas de espera.

Apostar na prevenção da doença e promoção da saúde, com incremento da literacia em saúde nos vários serviços de prestação de apoio à população, desde as escolas, centros de saúde, centros de convívio, centros de dia, entre outros.

Consultar os madeirenses através de um referendo regional sobre a quota necessária de médicos em regime de exclusividade no SRS.

Instituir e respeitar a Carta de Direitos dos Utentes em lista de espera.

Adaptar e reorganizar os Centros de Saúde às necessidades das populações que servem

Reforçar a cobertura da Saúde Oral, no âmbito da Rede de Cuidados de Saúde Primários.

Trabalhar em parceria com as autarquias que consagram na sua ação apoios na área da saúde aos municípios, otimizando recursos e trabalhando em rede.

Reforçar as medidas de vigilância e combate às doenças transmitidas por vetores, com particular destaque para os mosquitos do género Aedes, responsáveis pela disseminação do vírus que transmite a febre da Dengue, Zika e Chikungunya, e cuja forma de prevenção terá, obrigatoriamente, de passar pelo controlo do vetor.

Reativar e reforçar as unidades de rastreio, apostando na prevenção da doença e promoção da Saúde.

Alargar o horário de consultas pós-laboral nos Centros de Saúde, libertando os Serviços de Urgência para as suas reais funções.

Criação da figura Provedor do Utente, capaz de zelar pelos interesses e direitos dos cidadãos.

Contratualizar com as instituições privadas a prestação de atos médicos não urgentes, através de acordos transparentes e auditados.

Promover a realização de auditorias à gestão clínica e administrativa, gestão económica e financeira do SESARAM, por entidades externas independentes.

Garantir o controlo biométrico para todos os profissionais do Serviço Regional de Saúde, conforme legislação atualmente em vigor.

Criar um sistema de benchmarking com vista à comparação regular dos diversos indicadores de governação clínica, produção e custos do funcionamento do hospital, rentabilizando ou corrigindo os recursos mal aplicados.

Dotar os Hospitais e os Centros de Saúde de mais recursos humanos e melhores equipamentos.

Escolher as chefias com base no mérito e em critérios de competência reconhecida interpares.

Fomentar a democratização e a humanização dos direitos à Saúde, com iniciativas que promovam cidadãos melhor informados dos seus direitos e deveres.

ECONOMIA, ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

Diversificar as fontes de crescimento económico, acabar com a apatia, eliminar protecionismos e constrangimentos

A Região Autónoma da Madeira (RAM) é uma região ultraperiférica da União Europeia, com várias limitações geográficas e económicas resultantes da sua insularidade e afastamento dos grandes centros de decisão. Mas também com uma posição privilegiada no eixo Europa-África-América do Sul que importa potenciar.

Sem uma requalificação da base da economia regional e do tecido empresarial, será utópico pensar em crescimento económico, na criação de postos de trabalho qualificados, na melhoria dos salários e na redução da população em risco de pobreza e exclusão social.

De acordo com os dados da responsabilidade da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), a Região tem 28,1 por cento da população em risco de pobreza ou exclusão social, isto é, cerca de 72 mil pessoas, apresentando, também, um aumento da assimetria na distribuição de rendimentos, com um coeficiente de Gini de 32,7%.

A pandemia da Covid-19 haveria de fazer soar as campainhas de que há muito enferma a débil economia regional. Mas, entre preocupações então vividas, clamores para a urgente necessidade de diversificar a economia regional e reflexões que, entretanto, foram metidas na gaveta, passada a crise sanitária e com o recomeço espontâneo de um inesperado fluxo de turistas, em números nunca vistos, um pouco por todo o mundo, a requalificação da economia regional foi substituída pela retórica dos recordes de entradas e dormidas na Região.

Assim, a base da economia regional mantém-se igual, nos últimos anos. Turismo, comércio e serviços, construção civil e obras públicas continuam no topo das preferências de quem tem governado a Região, no último meio século. Tem faltado coragem política e inovação para atrair investimento duradouro, útil e defensável, capaz de acrescentar valor à economia e garantir trabalho a uma geração de jovens altamente qualificada.

Desejar que as circunstâncias mudem sem mudar de política, explica por que razão o setor do comércio e turismo continua a ser o que mais contribui para a formulação do Produto Interno Bruto regional, seguido das administrações públicas, este último um setor não-produtivo.

Os restantes setores, como a Agricultura e Pescas, acabam por ser absolutamente desvalorizados na economia regional, apesar de terem potencial de crescimento. Com um modelo económico assente apenas em duas áreas extremamente débeis, a RAM fica muito suscetível a impactos negativos provenientes de causas externas, como foi o caso da recente pandemia.

É consensual entre economistas que é (im)possível haver crescimento económico sem se conseguir alcançar desenvolvimento. Significa isto que a riqueza criada não é distribuída por todos de forma equitativa e não é utilizada para satisfação das reais necessidades das pessoas. A Madeira vive no presente essa anacrónica situação, com anúncios de que a economia está em alta, mas o facto é que as populações vivem todos os dias com enormes dificuldades.

À Política está reservado o papel de romper esquemas prejudiciais ao desenvolvimento humano. Acabar com a apatia, eliminar condicionamentos, burocracias e protecionismos. Reduzir o custo de matérias com grande impacto na economia, como são a energia e os transportes. Repensar o enquadramento económico da Região, no âmbito do estatuto da ultraperiferia e da convergência nacional em áreas específicas, colocando a Madeira no mesmo patamar do resto do país no acesso aos fundos europeus e do Estado, tenham eles a designação de Quadro Comunitário ou PRR.

ACESSIBILIDADES

De acordo com a Autoridade da Concorrência, um dos maiores entraves à Economia e ao aumento do poder de compra dos madeirenses, prende-se com o monopólio de um grupo económico na estiva no nosso Arquipélago, com a posição dominante desse mesmo grupo económico nos transportes via marítima, na logística terrestre e nos transportes de mercadorias via terrestre.

Este poderio num só grupo económico, integrado verticalmente, dado que desenvolve um conjunto de atividades que constituem um elo na cadeia logística de transporte de mercadorias, e a falta de competitividade do mercado da Madeira, por razões que derivam da nossa pequena escala, criaram um monopólio natural em muitas áreas económicas, fazendo com que os madeirenses sofram no seu bolso as consequências destas situações.

Diz o Artigo 9.º da Constituição Portuguesa que é tarefa fundamental do Estado “promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira”.

Por outro lado, o Artigo 81.º refere que é função do Estado garantir “a coesão económica e social de todo o território nacional” e assegurar “o funcionamento eficiente dos mercados, de modo a garantir a equilibrada concorrência entre as empresas, a contrariar formas de organização monopolistas, a reprimir os abusos de posição dominante e outras práticas lesivas do interesse geral” e ainda “garantir a defesa dos interesses e os direitos dos consumidores”.

Também no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, no seu artigo 10.º, é referido que o “princípio da continuidade territorial assenta na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais, originadas pelo afastamento e pela insularidade, e visa a plena consagração dos direitos de cidadania da população madeirense, vinculando, designadamente, o Estado ao seu cumprimento, de acordo com as suas obrigações constitucionais.” É natural depreender deste artigo que a Continuidade Territorial passa também, obrigatoriamente, pelo transporte de mercadorias.

Está nas mãos de quem governa a Região cumprir com a Constituição e pugnar por uma redução inequívoca dos custos com o transporte de mercadoria por via marítima, permitindo a entrada de novos operadores. Garantir, como prometido em tantas ocasiões, a abertura de uma linha ferry para a concessão do serviço misto de passageiros e carga entre a Madeira e o Continente, através de um concurso público sem restrições cujo objetivo é afastar a concorrência logo à partida. Encetar uma concreta redução das taxas aeroportuárias.

Neste sentido, é da máxima oportunidade reativar o Observatório dos Transportes Marítimos.

Transporte aéreo

O Aeroporto Internacional da Madeira cobra as taxas aeroportuárias mais caras do país, resultado do método de financiamento adotado para a construção das obras de prolongamento da pista para voos internacionais, o que tem refreado a entrada de novas companhias e penalizado os madeirenses.

A estes fatores acrescenta-se o comportamento da TAP, sem qualquer obrigação de serviço público para a Região, cobra valores escandalosos nas viagens entre a Madeira e o Continente e no que

respeita ao cumprimento dos horários e frequências não tem servido condignamente os madeirenses e porto-santenses.

Graças ao trabalho responsável do JPP como partido da oposição, sabe-se hoje, através de documentos por nós solicitados, que a Região passará a receber cerca de 1% da receita gerada no aeroporto.

É um facto que a liberalização dos preços das viagens aéreas não se coaduna com a realidade das RUP com pouca população porque não há lugar à concorrência, gerando monopólios ou duopólios.

Por outro lado, os frequentes condicionamentos nas operações aéreas, por força dos ventos, convocam a Região a pensar em soluções. Entende-se que o Aeroporto do Porto Santo deve ser uma alternativa ao Aeroporto Internacional da Madeira Cristiano Ronaldo, cuja operação terá de ser apoiada por uma rápida ligação por ferry, de 45 minutos, entre o porto do Porto Santo e o porto do Caniçal.

Medidas

Dar cumprimento à proposta aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa da Madeira para que os residentes paguem apenas 86 euros e os estudantes 65 euros.

Pressionar o Governo da República a renegociar o acordo de gestão atualmente em vigor com a TAP para a defesa dos direitos constitucionais, de continuidade territorial e de coesão social, através do interesse público.

Insistir junto do Governo da República na instalação do sistema de deteção e alerta de turbulência no Aeroporto da Madeira e de outros equipamentos que melhorem a operacionalidade.

Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas do contrato de concessão da ANA com a francesa holding VINCI Concessions, que ganhou o contrato de concessão de todos os aeroportos portugueses durante 50 anos, incluindo o aeroporto da Madeira e Porto Santo.

Articular com a ANA a efetivação de um plano de contingência para o Aeroporto da Madeira que resolva as questões de inoperacionalidade, passando pelo aumento da capacidade de estacionamento de aeronaves no Aeroporto do Porto Santo e de uma ligação ferry rápida, de 45 minutos, entre o Porto Santo e o Caniçal.

Transporte marítimo

Sem uma Política de Transportes que acautele verdadeiramente os interesses dos madeirenses e porto-santenses e onde não ocorra o protecionismo sob a capa dos argumentos mais pueris, jamais acontecerá uma descida no preço dos bens e mercadorias, que seria saudável e desejável para a economia, as empresas e os consumidores.

O modelo de transporte marítimo de carga entre a Madeira e o Continente e a operação portuária são reconhecidamente setores estratégicos que têm de estar ao serviço do desenvolvimento da economia regional e não servir apenas interesses de grupos.

O grupo económico que explora há mais de 30 anos as infraestruturas portuárias nunca contribuiu com qualquer tipo de contrapartidas pela utilização de um bem público, consequência da decisão do Governo Regional aquando da privatização da operação portuária, em 1991.

No mandato 2015-2019, o então Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura, decidiu anular o licenciamento para proceder a um concurso internacional de concessão e exploração da operação portuária, que previa o pagamento de contrapartidas à Região.

Em resposta, o operador portuário intentou uma ação judicial para defender os seus direitos. O Governo Regional poderia ter evocado o interesse público, mas preferiu manter o mesmo comportamento dos últimos 30 anos e esperou pela decisão judicial. Só agora, o operador e o executivo acertaram um valor a pagar, uns generosos 470 mil euros/ano quando no início desta contenda o próprio Governo falou de uma verba na ordem dos 4 milhões de euros/ano.

Medidas

Criar uma “Autoestrada do Mar”, numa verdadeira materialização da Rede Transeuropeia de transportes de passageiros e mercadorias, servida por embarcações ferry Ro-Pax que proporcionem o acesso alternativo da Região ao território continental nacional e europeu.

Articular com as ultraperiferias circundantes a forma de maximizar a viabilidade económica da linha ferry, assegurando pelo menos uma viagem semanal entre a Região e Portugal continental, com a salvaguarda de que não haverá aumento da posição dominante no transporte de mercadorias.

Exigir à Assembleia da República a publicação imediata da portaria relativa ao subsídio social de mobilidade entre a Madeira e Portugal Continental, para o transporte marítimo.

Implementar um modelo de gestão e regionalização da operação portuária, na eventualidade de um concurso internacional resultar infrutífero, por forma a reduzir o custo final dos artigos importados para a Região.

Calendarizar o aumento do Cais da Pontinha, no Funchal, de modo a acomodar mais navios de cruzeiro e a proteger a Praça do Povo, o Cais Norte, o Cais 8, a Marina e o próprio Cais 3 devido à reflexão e ressonância de ondas no Cais 8.

Tornar a rampa Ro-Ro do Cais do Caniçal apta a receber navios de passageiros e mercadorias.

Reestruturar a APRAM com medidas destinadas à requalificação e mobilidade dos seus funcionários, maximizando a eficiência e a viabilidade financeira da Autoridade Portuária.

Prover uma alternativa de passageiros e carga durante a interrupção anual da linha marítima Madeira – Porto Santo.

Estudar a possibilidade de criação de uma rampa Ro-Ro alternativa e respetivo terraplano.

Regular o transporte marítimo de carga para promover a prática de tarifas competitivas por km.

Transportes terrestres

Medidas

Promover os transportes públicos e reduzir as tarifas dos passes sociais urbanos e interurbanos, para valores bem mais acessíveis ao poder de compra do povo madeirense.

Negociar com as empresas de transporte terrestre horários que melhor sirvam zonas de domicílio mais afastadas dos centros urbanos.

Promover a utilização de transportes coletivos, de maneira a reduzir a poluição, o tráfego e o desgaste das infraestruturas rodoviárias.

Criar um passe único de utilização em toda a rede de transportes públicos que serve a Região.

Criar incentivos às companhias de transporte coletivo para o aumento de viagens por carreira, em especial no fim-de-semana.

Construir parques de estacionamento perto dos aglomerados urbanos para as situações em que não seja viável a criação ou o aumento das carreiras de transporte público.

Promover o uso de veículos elétricos em detrimento dos veículos a combustão, reduzindo a dependência energética da Região.

MAR E ECONOMIA AZUL

OBJECTIVO: Cuidar e valorizar o mar.

Portugal é mar e os madeirenses sabem muito bem o significado que o mar tem na sua identidade, cultura e desenvolvimento socioeconómico.

Podemos e devemos ter a ambição por mais e melhor autonomia estratégica da Região. Abraçar o mar como fonte incontornável de diversificação e dinamização da denominada economia azul, e uma opção que, levada a sério, com os contributos da ciência, da investigação e da robótica, irá contribuir para reforçar a resiliência da economia regional.

Nos anos mais recentes, andamos demasiado tempo de costas voltadas para o mar. Tem havido boas intenções para corrigir esse rumo, mas é um facto que continuamos a ter muito mais conhecimento da Lua do que das profundezas do mar.

Nem a dimensão da Zona Económica Exclusiva da Madeira (ZEE), com uma extensão superior a mais de 440 mil metros quadrados, uma área onde caberiam os territórios da Bélgica, Chipre, Alemanha e Suécia todos juntos, apesar desta grandeza, tem sido capaz de seduzir os decisores políticos a colocar o mar como fonte inovadora de progresso económico.

Tratando-se de um bem maior comum, a exploração dos recursos marinhos e a ocupação do espaço marítimo devem ter por base legislação adequada e garantias legais de preservação dos ecossistemas.

Portos, transportes marítimos, logística, reparação naval, segurança, defesa, vigilância marítima, bioeconomia e biotecnologia azul, a pesca sustentável, as energias renováveis, o turismo náutico de recreio e desportivo, a ciência e a investigação são áreas com potencial para o desenvolvimento da economia azul.

O mar representa para a Região Autónoma da Madeira, em termos económicos, quase 10% do PIB e 10% do emprego direto e indireto, segundo os dados dos últimos Censos.

Medidas

Garantir uma proteção efetiva do capital natural regional e dos serviços dos ecossistemas marinhos associados, criando novas áreas de proteção especial e implementando os devidos planos de gestão das áreas marinhas protegidas.

Potencializar, valorizar e capacitar os recursos endógenos e as infraestruturas regionais existentes em torno dos domínios temáticos da economia azul.

Assegurar a preservação dos habitats marinhos, com a criação de novas reservas marinhas e áreas marinhas protegidas *off-shore*, visando a manutenção dos stocks pesqueiros.

Manter um quadro de recursos humanos qualificado, com reforço da intensidade tecnológica na produção de bens e serviços orientados para cadeias de valor globais e aproximando a investigação às atividades económicas, sociais e criativas.

Assegurar a monitorização integrada, que contemple não só o mar, mas vários outros setores com relevância para o mar, incluindo o turismo, os recursos hídricos, a biodiversidade e a saúde humana.

Promover a renovação e modernização da frota pesqueira, com particular destaque para a frota espadeira.

Estimular as condições de investimento estrangeiro, apostando de forma coerente na investigação científica e no desenvolvimento de novos polos transdisciplinares e de novas tecnologias, que permitam potenciar o nosso conhecimento, gestão e administração do espaço marítimo.

Apostar na diferenciação dos nossos recursos piscatórios, com a criação de um selo de qualidade do pescado, desde que capturado com práticas artesanais.

Incrementar a educação, formação, cultura e literacia do oceano.

Iniciar estudos sobre o impacto das alterações climáticas, tendo em linha de conta a prevalência elevada e a particular vulnerabilidade de ocupação humana na zona litoral.

Avaliar o potencial de crescimento dadas as excelentes condições naturais para a prática de todos os desportos náuticos durante todo o ano.

Agilizar o licenciamento dos usos e das atividades realizadas no mar, para fins comerciais ou de investigação, com destaque para a aquicultura marinha, as energias renováveis e a instalação de cabos submarinos.

Garantir que as gerações mais novas usufruam do mar de forma integrada, na ótica do lazer e na sensibilização para as profissões azuis.

ENERGIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Entendemos que a Região tem todas as competências para se afirmar enquanto modelo de desenvolvimento sustentável, liderando a transição energética, criando uma economia pujante, com mais empregos qualificados, maior know-how tecnológico e uma maior responsabilidade social no que concerne a um futuro sem emissões de carbono.

É decisivo que se olhe para o setor como uma aposta séria e consequente na eficiência energética. Devemos de rever, atualizar e aumentar o nível de ambição no que concerne ao aproveitamento do potencial endógeno das fontes renováveis de energia, adotando exigentes padrões de eficiência energética, aposta na mobilidade sustentável e nas tecnologias limpas.

A Região regista uma elevada dependência energética do exterior, o que representa um enorme peso nas importações e na própria estrutura do tecido empresarial, aumentando por esta via o endividamento externo.

Os últimos dados oficiais indicam que, apesar do investimento regional de milhões de euros em energias limpas, tudo indica que a Madeira não atingirá em 2025 a meta dos 50% de produção de energia a partir de fontes renováveis, meta que foi estabelecida pelo Governo Regional

Medidas

Criar um plano de sustentabilidade energética para a RAM, com o objetivo de aumentar a capacidade instalada das energias renováveis e tendo em vista a redução da dependência da Região dos combustíveis fósseis para a produção de energia.

Prover incentivos para a instalação de painéis solares para aquecimento de água nas habitações.

Apostar nas energias renováveis, fomentando verdadeiras políticas de eficiência energética.

Promover os mesmos mecanismos tarifários existentes nos Açores que permitam baixar o preço do gás butano doméstico.

Introduzir os mesmos mecanismos tarifários existentes nos Açores que permitam descer o preço dos combustíveis, gasolina, gasóleo e gás.

Incentivar a microgeração doméstica de energia através de painéis fotovoltaicos com desenvolvimento de tarifas de compra de excedentes por parte da Empresa de Eletricidade da Madeira.

Fortalecer os apoios ao fomento da mobilidade sustentável, direcionando mais incentivos financeiros para a aquisição de viaturas elétricas de uso particular.

Promover planos de eficiência energética em todos os edifícios públicos.

Redução da iluminação pública em monumentos públicos e estradas em contexto não urbano.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Colocar a política ao serviço do povo

Objetivo: Reformar o Sistema Político, aumentar os níveis de transparência e gestão, credibilizar a Autonomia.

Medidas

Criação de um registo de interesses para governantes e legisladores da ALRAM, tal como o aplicado nos Açores.

Aprovar um regime de incompatibilidades e impedimentos para os Deputados eleitos para a ALRAM.

Impedir que o Estatuto Político Administrativo da RAM permita a acumulação de pensões com vencimentos públicos.

Instalar um Gabinete de Luta Contra a Corrupção.

Limitar o número de mandatos para a presidência do GR.

Alterar os regimes jurídicos das comissões parlamentares de inquérito.

Reduzir ao mínimo indispensável a prática corrente dos “ajustes diretos” e “obras a mais” na Administração Pública.

Redefinir o papel do Centro Internacional de Negócios da Madeira, com vista a uma maior atração de empresas internacionais na área dos serviços.

Reforçar o setor das tecnologias de informação, criando condições para formar e manter mão-de-obra qualificada na Região.

Elaborar um plano de redução das despesas das administrações públicas em tudo o que possa ser considerado de gastos supérfluos, com o objetivo de reduzir 10 a 15% da despesa anual.

Negociar com o governo da República o serviço da dívida, de forma a diminuir os encargos com juros no Orçamento Regional.

Criação de uma central de compras para aquisição de tudo o que sejam materiais consumíveis transversais às administrações públicas.

Empenhar meios digitais nos processos das administrações públicas, com vista à modernização administrativa, com particular ênfase na saúde.

Limitar as nomeações políticas e reduzir a despesa com os cargos de nomeação.

Diminuir o endividamento público da Região.

Extinguir as endividadas Sociedades de Desenvolvimento e passar o seu património para a PATRIRAM.

AGRICULTURA

Valorizar a produção regional e contribuir para a paisagem humanizada

Pese embora a reduzida dimensão territorial e as contingências que se prendem com a orografia complexa e o declive acentuado dos solos madeirenses, o sector agrícola tem demonstrado que é uma área estratégica e de grande importância económica, social e paisagística.

Apesar da profusão de apoios comunitários canalizados para o sector nos últimos anos, tem faltado ambição e políticas públicas inovadoras capazes de promover o crescimento do sector, melhorar o seu desempenho e incrementar a competitividade, através da qualidade e da diferenciação, contribuindo para dotar a Região de uma maior independência alimentar face ao exterior.

Mesmo assim, é de realçar o papel da Agricultura regional, que continua a garantir a subsistência a mais de 40 mil pessoas que dependem diretamente da agricultura e são particularmente vulneráveis às catástrofes que destroem ou danificam as suas colheitas.

É notório o sucessivo desinvestimento governativo. A Agricultura regional continua a ser um potencial impulsionador de emprego e de iniciativa empresarial. A implementação de uma correta política agrícola iria alavancar a competitividade económica, melhorar o escoamento dos produtos agrícolas para o mercado interno e externo e valorizar a sua dimensão ambiental e paisagística, geradora de mais-valias turísticas.

A Agricultura é, por excelência, o sector com maior potencial para a necessária valorização do meio rural. Contribui de forma decisiva para travar o despovoamento e o abandono dos solos agrícolas. Neste segmento, há uma clara necessidade de um maior investimento que assegure rendimentos justos, manutenção da biodiversidade, da sustentabilidade e melhoria da segurança alimentar.

Também porque uma fatia importante dos agricultores ainda promove uma agricultura de subsistência, assente em metodologias artesanais, há que repensar em apoios para que progressivamente pratiquem uma agricultura mais eficiente e mecanizada, que se traduza em maior rendimento e rentabilidade.

É também importante melhorar a produtividade natural do solo, preservar e promover o uso sustentável dos agro-sistemas e da biodiversidade.

OBJETIVO: Valorizar o consumo de produtos regionais, apostar na diversidade para garantir rendimentos justos aos agricultores.

Medidas

Adotar medidas de valorização e promoção dos produtos endógenos, de forma a estimular a economia local, melhorar a sua competitividade e proporcionar a criação de emprego.

Aumentar a aposta nas variedades agrícolas regionais, garantindo um justo apoio aos agricultores que se dispõem a inovar.

Aproveitar a excelência do nosso clima ameno para promover o cultivo de frutas exóticas de qualidade para o mercado da exportação e consumo regional, com a criação de infraestruturas de processamento.

Agilizar e desburocratizar os mecanismos dos seguros agrícolas, torná-los atrativos para os agricultores e cujas condições de cobertura tenham correspondência com os prejuízos causados às produções.

Criar e definir novos incentivos ao empreendedorismo agrícola, através de apoio público ao investimento para o jovem agricultor, por forma a contribuir para a renovação e fixação de novos produtores.

Definir uma verdadeira Estratégia Regional para a Agricultura Biológica, trabalhando de forma ativa num plano de ação para a produção e conseqüente promoção de produtos biológicos locais.

Operacionalizar, promover e disseminar o Banco de Terrenos Regional, tendo por base o património fundiário público disponível, ou ainda os terrenos pertencentes a entidades privadas que os queiram disponibilizar de forma voluntária (através de arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência), que disponham de aptidão agrícola ou florestal e que não estejam a ser utilizados, para ceder a agricultores com formação adequada. Esta medida visa um maior aproveitamento das explorações economicamente viáveis, promove a limpeza dos terrenos, a atividade agrícola e a criação de emprego.

Implementação de um plano real de combate às pragas em geral e de ratos em particular, na Região, prevenindo as doenças e os prejuízos económicos associados à sua presença.

Realizar uma auditoria independente à Empresa de Gestão do Sector da Banana (GESBA) e promover o assento dos produtores no conselho de administração da empresa pública.

Garantir uma melhor gestão da GESBA, de forma a aumentar os valores pagos aos bananicultores por cada quilo de banana processada.

Alterar a Portaria de reconhecimento das organizações de produtores de banana no que se refere ao número mínimo de membros e ao valor mínimo da produção comercializada, por ser extremamente limitativa do associativismo no setor.

Promover o crescimento do setor vitivinícola, através do aumento do pagamento da uva "tinta negra".

Estabelecer um aumento no preço mínimo a pagar aos produtores de cana-de-açúcar (na base do grau sacarimétrico médio de 15.º Brix), por cada quilo de cana-de-açúcar entregue nos engenhos da Região.

Promover ações de formação para agricultores, com vista à incorporação das novas tecnologias mecanizadas nas explorações que sejam adaptáveis à orografia da Região.

Aumentar o subsídio para a água de rega, sobretudo para pensionistas e reformados com baixas pensões, correspondendo a uma reposição dos valores que existia antes do preço imposto pelo PAEF-RAM, conseqüência direta das dívidas dos sucessivos governos do PSD.

Reforçar o investimento com fundos comunitários na reabilitação e melhoria dos canais de água, reservatórios e monitorização e gestão remota do sistema de regadio, combatendo as perdas de água nas redes de abastecimento público nos municípios sob gestão da empresa pública Águas e Resíduos da Madeira.

Simplificar, descomplicar e desburocratizar o acesso dos agricultores aos fundos comunitários, sem prejuízo do rigor e da transparência, como forma de promover o crescimento e o desenvolvimento do tecido agrícola regional.

Negociar a comparticipação a 100% no transporte marítimo e aéreo dos produtos do setor primário para o continente português.

Criar condições para uma verdadeira valorização da produção animal, incluindo a organização do pastoreio regional, de forma ordenada, acompanhada, regulada, delimitada e devidamente circunscrita.

PESCAS

Modernizar o setor e aumentar o rendimento dos pescadores

É uma evidência que se queremos ter peixe amanhã, teremos de cuidar e preservar os ecossistemas marinhos hoje. A ideia de que a capacidade dos oceanos é ilimitada para suportar os riscos excessivos da atividade humana, é irreal e tem de ser combatida.

A investigação tem vindo a demonstrar que a poluição produz impactos negativos nos stocks de pesca e disso mesmo os pescadores da Região têm dado conta às autoridades regionais.

Os numerosos estudos sobre os resíduos marinhos atestam que os plásticos representam 60 a 80% do total do lixo disperso pela costa e pelo mar, números que são reveladores do muito trabalho que temos pela frente.

A secular atividade piscatória continua a ser estratégica para a Região, mas é sobretudo um vetor económico e social com significado na economia regional, por representar a principal fonte de rendimento das principais comunidades piscatórias.

Os últimos anos revelam um setor em estagnação e envelhecido. A maior prova da falta de realizações políticas tem expressão no abandono da frota do peixe-espada preto. Embarcações obsoletas, com uma média de vida de 40, sem o mínimo de condições a bordo para o árduo trabalho dos pescadores e um perigo para a segurança de todos.

É preciso inovar. Aproveitar as pesquisas e os avanços da ciência e da investigação para encontrar novos produtos. Diversificar a atividade. Aumentar o número de reservas marinhas, porque as zonas circundantes são benéficas para as espécies migratórias como o atum.

Estabelecer com o Estado português, a União Europeia, os pescadores e armadores um compromisso financeiro para renovar toda a frota. Ponderar se é rentável manter em atividade o mesmo número e modelo de embarcações atuais ou dotar o setor de barcos modernos equipados com novas tecnologias e maior eficiência energética.

Pescadores, armadores e empresas do setor têm de ser exemplares na defesa e preservação da qualidade do mar, se não quiserem colocar em causa a sua própria sobrevivência.

Tem faltado coragem para implementar políticas de crescimento no setor, prover o aumento do rendimento dos pescadores e armadores e atrair jovens melhor qualificados.

É imperioso prosseguir a sensibilização no plano nacional e nas instâncias comunitárias sobre o carácter artesanal da pesca madeirense. Não é aceitável que se exija à pesca artesanal da Madeira as mesmas regras que são aplicadas na pesca predatória.

Deixar claro que a Madeira e os Açores estão muito longe das principais zonas de captura da União Europeia, das marcas de destruição deixadas pela pesca excessiva e de arrasto e da enorme pressão a que as grandes potências submetem o Atlântico.

Tem faltado trabalho político para fazer valer esta realidade e exigir da Comissão Europeia um tratamento diferenciado.

OBJETIVO: Dotar o setor das pescas de competitividade com base no melhor conhecimento do meio marinho, na inovação e exploração sustentável dos recursos.

Medidas

Assegurar por todos os meios possíveis o financiamento adequado para empreender a urgente renovação da frota do peixe-espada.

Criar condições para introduzir um modelo de pesca sustentável nas águas da Madeira, visando a exportação, um maior peso do setor na economia e uma remuneração justa para pescadores e armadores.

Procurar novas fontes de recursos marinhos, com os contributos da ciência, da investigação e das tecnologias, para diversificar a oferta, aumentar o peso das pescas na criação de riqueza e contribuir para o enriquecimento da gastronomia regional.

Lutar pelo aumento das quotas europeias de pesca aplicadas à RAM.

Preparar a reativação da indústria conserveira do atum.

Promover uma aquicultura diversificada e ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva, baseada no conhecimento e redução do impacto visual.

Trabalhar a competitividade com base no conhecimento e na inovação, assegurar a exploração sustentável dos recursos biológicos vivos, contribuir para o bem estado ambiental do mar e para o desenvolvimento das zonas costeira e do emprego.

Incentivar a entrada de jovens nas pescas e compartilhar a adequada formação e certificação profissional que os habilita como pescadores profissionais.

Reforçar a competitividade das empresas integradas no sector da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, nomeadamente promovendo a eficiência energética.

Aumentar a qualidade alimentar, o controlo sanitário e o rastreio dos produtos desembarcados.

Promover a valorização e a qualidade dos produtos de pesca da Região.

Criar um fundo de garantia salarial para os pescadores, durante os períodos de suspensão de atividade.

FISCALIDADE

Devolver aos madeirenses o diferencial fiscal de 30% no IRS e no IVA

O Orçamento de Estado de 2015 consagrou à Região Autónoma da Madeira o regresso à capacidade fiscal regional que existia antes do Programa de Assistência Económica e Financeiro (PAEF).

Durante os três anos de duração do PAEF os madeirenses e porto-santense não só perderam autonomia e capacidade na tomada de decisões vitais, como passaram por privações e provações nunca vividas, desde a consagração da Autonomia.

A questão financeira persiste como o principal busílis da Autonomia. A Lei de Finanças Regionais tem regulado o relacionamento institucional com o Estado português, mas permanecem frequentes as contendas entre autoridades regionais e nacionais sobre as transferências do Orçamento para a Região, a que se somam as obrigações do Estado no financiamento da saúde e da educação.

A Madeira tem vincado a necessidade de dispor de um modelo fiscal próprio, de baixa fiscalidade, idêntico ao que existe no Luxemburgo, na Holanda, na Irlanda e Áustria, entre outros países, capaz de tornar o Arquipélago muito mais competitivo para a economia, as empresas e as famílias.

Proporcionar às empresas um clima de fiscalidade mais atrativo e de desafogo para as famílias tem de estar no topo das prioridades governativas. A cobrança fiscal em Portugal, e por inerência na Região, está no limite. Os relatórios da OCDE colocam Portugal nos lugares cimeiros da lista entre os demais países da organização onde se registou o maior aumento de impostos, entre 2021 e 2022.

Também a União Europeia, num relatório publicado em junho de 2023 sobre os níveis de fiscalidade de cada país membro, refere que Portugal regista um esforço fiscal 30% acima do valor médio da UE e superior, por exemplo, ao da Alemanha, da França e Espanha.

OBJECTIVO: Reduzir a carga fiscal das famílias e empresas.

Medidas

Devolver aos madeirenses, de forma progressiva, o diferencial fiscal de 30% no IVA e no IRS, direito consagrado no artigo 59º. N.º. 2 da Lei de Finanças Regionais, que lhes foi retirado na sequência do descalabrado financeiro da governação PSD, medida que deveria ter sido removida em 2015.

Consagrar por via do IRS o Subsídio de Insularidade a todos os madeirenses e porto-santenses e não apenas à Administração Pública Regional, como já existe nos Açores.

Conceder crédito fiscal em sede de IRC às empresas que contratem jovens.

Criar incentivos fiscais às empresas e aos jovens para que se empenhem no empreendedorismo e sejam geradores de ideias inovadoras em áreas com inegável potencial para o negócio.

OBJETIVO: Centro Internacional de Negócios (CINM).

Medidas

Manter o regime de benefícios fiscais aplicado no CINM, através de um diálogo atempado e constante com a União Europeia, no sentido de promover, divulgar e captar mais empresas.

Promover o Registo Internacional de Navios – MAR.

Implantar o Registo Internacional de Aeronaves.

OBJETIVO: Apoio às empresas.

Medidas

Criação de uma comissão especializada, que estude a viabilidade de um regime fiscal próprio para a RAM, que seja competitivo, reduzido e simplificado.

Criar benefícios fiscais para as empresas do setor turístico e hoteleiro, sediados nos municípios do Porto Santo, São Vicente, Porto Moniz e Santana com atividade todo o ano e que mantenham a empregabilidade na época baixa.

Isentar de IRC os setores acima referidos, entre os meses de outubro a março, e baixar a TSU em 3,75%.

Criar zonas de reduzida fiscalidade ao nível do IRS e IRC para empresas já existentes fora do espaço regional, mas que pretendam se instalar que de forma permanente em municípios com défice demográfico e maiores taxas de desemprego.

Rever e adequar o código fiscal de investimento às verdadeiras realidades regionais.

Criar uma Associação de Divulgação da RAM enquanto zona de reduzida fiscalidade.

OBJETIVO: Estabilidade económica empresarial e fiscal.

Medidas

Extinção das Sociedades de Desenvolvimento.

Garantir às empresas uma estabilidade económica e fiscal por um período mínimo de 10 anos.

Promover a transparência, com a divulgação da lista de devedores à autoridade tributária, tal como já acontece em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores.

Criação da lista negra dos gestores fraudulentos ao nível da autoridade tributária e do Instituto de Segurança Social, I.P.

INFLAÇÃO

Devolver às famílias parte da receita fiscal extraordinária

A subida vertiginosa da inflação, que começou a fazer-se sentir no último trimestre de 2021, ainda muito antes da invasão da Rússia à Ucrânia, veio acrescentar mais problemas e dificuldades às populações, em particular às famílias mais vulneráveis.

O aumento dos bens essenciais forçou os madeirenses a cortes no cabaz alimentar e a privações em vários domínios do quotidiano.

É um facto que a inflação que se vive atualmente resulta de fatores externos à Região e ao país. Deve-se, em particular, à retoma pós-pandemia, à grande distribuição e à guerra na Ucrânia, situações que formaram uma conjuntura comum a todos os países da Europa.

Os impactos da inflação não são sentidos da mesma maneira por todos os setores da sociedade. As evidências mostram que o agravamento dos preços dos bens essenciais, da energia, do gás e da habitação têm penalizado sobretudo as pessoas.

A Região não possui mecanismos que lhe permita intervir diretamente para controlar a inflação, mas existem algumas formas de mitigação temporária que ajudariam a atenuar a sobrecarga mensal que as famílias têm de suportar.

O Governo Regional, nesta conjuntura inflacionista, viu a sua receita fiscal subir de forma exponencial. Alguns setores da economia, como a grande distribuição e as cadeias de supermercado, a banca, algumas empresas e o imobiliário, mais do que duplicaram as margens de lucro.

Apesar de estar a beneficiar de uma receita fiscal extraordinária, a governação PSD-CDS deveria implementar mais e melhores medidas de âmbito regional para ajudar as famílias. Ao contrário do que fizeram os governos da República e dos Açores, na Madeira, PSD-CDS preferiram canalizar para outros fins os milhões arrecadados com o custo de vida, em particular com o aumento escandaloso dos bens essenciais.

Medidas

Promover junto da Assembleia da República a dedução definitiva em sede de IRS de parte do IVA resultante da compra de bens essenciais.

Negociar junto dos operadores de transportes públicos a descida das tarifas sociais de transporte.

Reduzir os preços dos combustíveis, gasolina, gasóleo e gás.

Promover incentivos ou impor limites nos preços dos fretes marítimos para permitir uma redução efetiva das tarifas na ordem dos 18%, à semelhança do que acontece na Região Autónoma dos Açores.

Articular com as entidades regionais programas de apoio a famílias que atinjam situações de insolvência resultante do aumento da inflação.

Regular os preços máximos de venda dos produtos petrolíferos gasosos.

HABITAÇÃO

Respeitar a Constituição, fomentar a construção a preços acessíveis e bonificar os casais jovens.

A habitação tem vindo a constituir-se nos últimos tempos num problema premente na realidade dos madeirenses e porto-santenses, com especial ênfase para os jovens que legitimamente almejam conquistar a sua independência financeira e constituir família.

O direito a uma habitação condigna é um direito universal consagrado na Carta das Nações Unidas, mas também na própria Constituição Portuguesa como uma das principais obrigações sociais.

Políticas erráticas no plano nacional e regional colocaram o problema da habitação no topo das preocupações das pessoas. As políticas públicas dos últimos anos negligenciaram por completo a necessidade de promover a construção de mais habitação a preços compatíveis com os salários auferidos pelos residentes.

Há na Região um profundo desalinhamento na retórica oficial, que tem feito a defesa da construção de habitação de luxo e desvalorizado a inequívoca falta de habitação que é sentida pelos madeirenses.

O Estado e a Região descuraram nos últimos anos as suas obrigações em matéria de habitação e essa negligência, associada à venda de habitação a cidadãos oriundos de regimes autocráticos que procuram apenas fazer circular pela Europa dinheiro de origem duvidosa, conjugada com o aumento da inflação, colocou o preço das casas fora do alcance das bolsas madeirenses. A classe média e os jovens não conseguem aceder ao mercado.

Só agora, com o problema já muito agravado, o governo PSD-CDS, com recurso a verbas do PRR, procura responder minimamente à situação, mas já se sabe que é insuficiente o número de habitações que se propõe construir, pelo que a crise da habitação precisa de um plano mais corajoso e ambicioso, nos próximos quatro anos.

OBJECTIVO: Cumprir com o artigo 65.º da Constituição que concede a todos o direito “a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar”.

Medidas

Permitir a dedução em sede de IRS dos encargos com o crédito habitação.

Diligenciar junto do Governo Central a implementação de taxas de juro bonificadas para a aquisição de casa própria por casais jovens.

Garantir a boa aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência no que respeita à habitação.

Aumentar o parque público de habitação através do Instituto de Habitação da Madeira.

Criar e recuperar os espaços verdes junto aos complexos habitacionais sob a tutela do IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM.

Acordar com proprietários de prédios devolutos em mau estado de conservação, situados em centros urbanos, o arrendamento dos mesmos ao Governo Regional para transformação em habitação de renda acessível.

Criar um pacote de benefícios fiscais para promotores que construam edifícios dos quais 25% dos fogos se destinem a renda acessível.

Reduzir o IVA para as novas construções edificadas com a utilização de novas tecnologias, modular, estrutura em aço leve ou madeira laminada cruzada.

Acabar com os benefícios fiscais para residentes não habituais.

Inventariar todos os imóveis públicos que possam ser colocados no mercado da habitação.

Criar uma bolsa de terrenos públicos com aptidão para habitação para ceder a cooperativas de habitação.

Harmonizar os processos de licenciamento em todos os municípios da Região.

Promover na Assembleia da República a atualização e melhoria do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, em vigor e datado de 1951.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Um pacto para reduzir a pobreza e assegurar a coesão social

O nosso compromisso nesta matéria é um pacto justo, solidário e transparente com a população. Todos os dias cresce o número de famílias privadas do essencial. Impõe-se travar esta espécie de fatalismo insular. Só com políticas públicas que assegurem celeridade nos apoios é possível devolver dignidade às pessoas.

Quando o governo bate recordes na arrecadação da receita fiscal, é da mais elementar justiça apoiar as famílias, principalmente as que são afetadas com o desemprego, com a inflação, com encargos financeiros insuportáveis na habitação, com a insensibilidade fiscal, com idosos a cargo, com membros com deficiência ou abandonados na solidão.

A Solidariedade e Segurança Social são de extrema importância para a coesão social e para garantir aos cidadãos uma vida com dignidade, através de um mecanismo de redistribuição justo e equitativo, tendo por fundamento os princípios da Lei de Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.

A coesão e o bem-estar são pilares fundamentais do desenvolvimento de uma comunidade, pelo que o reforço das políticas sociais, com uma visão integradora e solidária, tendo por base os Direitos Humanos, é o caminho que urge seguir, sem esquecer o papel cooperativo e sinérgico de todos os agentes sociais ativos.

Defende-se, pois, que o Estado tem o dever de garantir através das suas funções de regulação social, a concretização e o desenvolvimento do Estado Social, com vista a assegurar que todos os cidadãos possam ver garantidas as suas necessidades mais elementares, de acordo com os princípios da equidade, da universalidade e solidariedade.

A reflexão em torno deste setor e as propostas apresentadas seguem uma orientação, de acordo com as áreas de intervenção existentes. De modo algum se esgota o diálogo em torno do setor, pelo contrário, é um caminho necessário para organizar novas propostas e responder a novas situações.

A intervenção social do Estado deve ser, mais do que nunca, coordenada com os demais agentes sociais, em prol de uma maior eficiência, visto as crescentes situações de emergência social com que se deparam os profissionais. Deste modo as parcerias entre Estado, mercado e a sociedade são fundamentais no combate à pobreza e exclusão social.

O conceito de cidadania ativa e participativa defendida pelo JPP assenta na díade direitos-deveres, sendo toda a população corresponsável pela coesão e bem-estar social.

A solidariedade é um dos pilares onde se ergue uma sociedade justa e defensora da igualdade e das liberdades individuais. A concretização de uma pedagogia social sustentada na corresponsabilidade e co-construção do bem comum, só é possível por uma cidadania individual ativa e uma responsabilidade social partilhada.

A descentralização e o aproveitamento do conhecimento que as instituições de proximidade têm das dificuldades das populações, são fundamentais para uma intervenção social urgente e eficiente. Deste modo, o reforço dos protocolos e parcerias com as autarquias locais, IPSS's, misericórdias e associações deve ser incentivado, tendo por base o princípio da transparência, sem esquecer a necessária continuidade de investimento do setor público na salvaguarda de direitos sociais, principalmente no que concerne aos serviços destinados ao apoio à população idosa.

OBJETIVO: Primado do trabalho em rede, maior eficiência na resposta às situações de emergência, combater a multiplicação de apoios, maior rigor e transparência.

O primado do trabalho em rede, articulando todos os agentes sociais com espaço para a partilha de informação e procedimentos, é a base para soluções de sucesso. A sistematização das práticas e o constante confronto com os contributos teóricos que apoiem a compreensão das situações, a inovação de metodologias e as estratégias são fundamentais para a modernização de procedimentos e consequente eficácia.

A inexistência de uma plataforma de trabalho conjunta, com todos os agentes de intervenção social locais, promove a multiplicação de apoios sociais e, por vezes, o desconhecimento das realidades sociofamiliares. Mas ainda mais abrangente, é a inexistência de estudos que sustentem as medidas que são aplicadas e os apoios concedidos.

A falta de transparência torna-se um risco associado, situação que já suscitou reparos do Tribunal de Contas nas várias auditorias realizadas ao ISSM, IP-RAM, nomeadamente, no Relatório N.º 3/2022-FS/SRMTC, referente à conformidade dos subsídios atribuídos pelo ISSM, IP-RAM às IPSS com acordos de cooperação

Medidas

Criar um Observatório Regional dos Assuntos Sociais, por área temática, onde sejam anualmente, analisadas novas situações e avaliadas as medidas implementadas, com publicitação pública, a fim de serem consultadas pela população.

Chamar para o novo Observatório o contributo das universidades por se tratar de uma mais-valia o conhecimento técnico e científico que têm dos problemas sociais.

Promover a transparência e a equidade nos processos de institucionalização dos idosos, tornando-se públicas o número de vagas e pessoas colocadas.

Reforçar a fiscalização das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) que prestam serviços ao setor público, em troca de recursos humanos, técnicos e financeiros.

Garantir o Estatuto do Voluntário.

Infância e Juventude

A infância assume especial relevância ao nível da intervenção pública, no sentido de perspetivar e construir uma sociedade mais justa, equilibrada e harmoniosa. Também nesta área, o trabalho em rede, com a envolvimento da comunidade escolar, torna-se fundamental, tendo a família o papel de maior destaque em todo o processo.

Medidas

Criar a “Rede Criança”, com a envolvência das autarquias, escolas, centros de saúde, associações, IPSS’s, e demais agentes sociais. A multidisciplinaridade é essencial para o desenvolvimento da rede.

Implementar um Sistema de Mediação Escolar, com vista a promover uma maior articulação entre as CPCJ’s e as escolas, com Gabinetes de Mediação Escolar onde estejam envolvidas equipas multidisciplinares de sinalização e acompanhamento das situações em ambiente adequado.

Reabrir o Centro Educativo da Madeira. É importante seguir um modelo que respeite os direitos e garantias dos menores, feito por profissionais especializados.

Incentivar o voluntariado jovem através da integração desta vertente na componente curricular das escolas, com carácter obrigatório, a partir do 9.º ano de escolaridade, inclusive, também nas universidades, no âmbito da vertente da cidadania ativa, participativa e responsável.

Incentivar e promover o voluntariado jovem.

População adulta: Idosos

O envelhecimento acelerado da população é uma realidade com marcas profundas já no presente. Atalhar este problema com a maior urgência é outro imperativo regional. É preciso estabelecer um compromisso com todos os agentes nacionais, regionais e locais que vá muito para além das palavras. É imperioso adequar as respostas sociais existentes às novas necessidades e criar novas políticas contextualizadas com esta realidade.

Estudos recentes colocam Portugal, incluindo a Madeira, como o país da União Europeia onde a população com 65 anos e mais de idade é a que tem “a pior qualidade de vida”.

É por isso importante perceber as especificidades da população idosa no contexto regional, partido do conhecimento de que auferem pensões baixas, tem fraco poder económico, habitações sem adaptações específicas à maior dependência e dificuldades de locomoção, baixa literacia em saúde, muitas vezes associada à difícil orografia e uma rede de transportes públicos fraca ou inexistente, o que agrava o isolamento.

Os processos para a concessão de apoios têm que ser simples, acessíveis e próximos das populações, através de campanhas de informação/divulgação promovidas pela Segurança Social junto das câmaras e juntas de freguesia.

Medidas

Criar programas que sejam justos e sem burocracias de apoio à aquisição de medicamentos e ajudas técnicas para a população idosa em situação de vulnerabilidade e comprovada carência económica.

Conceder às famílias apoios estimados ao custo de vida para que possam cuidar dos idosos em casa com dignidade e qualidade de vida, estabelecendo que a institucionalização nos lares só acontecerá em situação limite.

Apostar na criação de uma rede de centros de noite onde os idosos possam permanecer em segurança e acompanhados por profissionais especializados.

Alargar o apoio domiciliário individualizado, procurando responder a outras necessidades dos idosos que vão para além da higiene pessoal.

Atualizar e divulgar os valores do complemento regional de pensão, atribuído de forma automática e desburocratizada.

Apostar na implementação de projetos locais, de apoio ao idoso nas suas atividades diárias, como acompanhamento a consultas médicas, ida à farmácia ou supermercado, renovação de documentos. Rotinas fundamentais para manter o idoso ativo.

Criar “salas de reencontro”, dotadas de novas tecnologias, para o estabelecimento de comunicação com familiares emigrados. É importante aproveitar as instituições próximas da população, como escolas primárias, centros de dia ou de convívio, casas do povo, juntas de freguesia. Este trabalho permite a manutenção dos laços sociais e vínculos afetivos que são imprescindíveis para combater o isolamento e solidão social.

Reforçar o serviço de teleassistência por toda a Região.

Alargar a oferta de Estruturas Residenciais para Idosos com preços sociais compatíveis com os rendimentos da população idosa.

Emprego

O emprego continua a ser um importante mecanismo de integração das pessoas na sociedade. É promotor da qualidade de vida e da saúde mental dos cidadãos, da sua autonomia e independência económica.

Os desafios que se colocam na contemporaneidade são de monta. Acabou-se a época do “emprego fixo para toda a vida”. O mercado do trabalho alterou-se em todas as suas dimensões, em resultado da globalização da economia.

O trabalho remoto é uma nova realidade. O paradigma do “não-emprego” obriga a uma adequação das qualificações, da formação e desenvolvimento de competências.

Medidas

Criar incentivos às empresas que contratem jovens qualificados e desempregados de longa duração.

Incentivar, através de apoio técnico, o empreendedorismo, com especial atenção para o empreendedorismo social, seja na modalidade individual ou institucional.

Apostar na formação técnica e superior em áreas com potencialidade de crescimento para a exportação, como a agricultura biológica, a floricultura, o artesanato e as pescas.

Criar programas destinados à requalificação profissional dos desempregados, ao nível das suas competências e habilitações, em áreas onde existem carências de mão-de-obra.

Criar núcleos temáticos por área de atividade, segundo o qual se encontram inscritos os desempregados no Instituto de Emprego, com o objetivo de incentivar projetos inovadores e ideias de negócio.

Incentivar o voluntariado através da contabilização do tempo despendido nestas atividades, para benefícios laborais e sociais, medida já explanada no “Programa do XIX Governo Constitucional”, mas ainda não concretizada.

Promover o investimento na proteção social dos desempregados, com especial atenção para o desemprego de longa duração e com baixas habilitações, por via do desenvolvimento de novas competências, em estreita colaboração com o setor da Educação.

Natalidade

A família é o pilar essencial da sociedade. Os dados mais recentes da Direção Regional de Estatística (DRE) colocam a Madeira à frente das regiões do país com uma das mais baixas taxas de natalidade.

Os resultados demográficos de 2022 revelam uma realidade assustadora para a Região. De acordo com a DRE, a Madeira registou um saldo negativo de 1345 indivíduos, em consequência do número de nados-vivos, que foi de 1758 para 3103 óbitos. A diferença entre o número de nascimentos e de mortes permanece negativa desde 2019 e em 2022 essa tendência acentuou-se.

São praticamente inexistentes as políticas governativas para inverter esta preocupante tendência. Aliás, o tema da natalidade não tem feito parte da agenda do Governo Regional. Assiste-se apenas a medidas pontuais da responsabilidade das autarquias que têm providenciado alguns apoios à natalidade.

As experiências internacionais revelam que medidas isoladas de incentivo não conseguem resolver o problema. É preciso convocar a Região, o país e a União Europeia para um pacote de medidas a curto prazo.

Medidas

Baixar significativamente os escalões de IRS para as famílias com 1, 2, 3 e mais filhos.

Reduzir as faturas da água, luz, gás e reforçar os apoios da ação social e na educação, consoante o número de filhos por famílias.

Alargar os escalões de IRS às famílias da classe média.

Aumentar o valor do subsídio de natalidade.

Dotar de incentivos as empresas que adotem horários de trabalho flexíveis para as grávidas.

Apoiar os tratamentos de fertilidade.

Disponibilizar Creches e pré-escolar gratuitos para todas as famílias.

Estabelecer rendas sociais de acordo com o número de dependentes.

Dinamizar de forma gratuita atividades de tempos livres nas interrupções letivas e férias (ATL's), para que as famílias tenham onde ocupar/deixar os seus filhos enquanto trabalham.

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Criar um Fundo Ambiental para promoção do desenvolvimento sustentável

A Madeira pela sua dimensão arquipelágica e pela sua vasta e excecional biodiversidade, constituída por um elevado número de endemismos e habitats ricos com uma elevada diversidade de espécies terrestres e marinhas, deve constituir-se como um modelo de conservação da Natureza a nível mundial.

A proteção do nosso património natural precisa de ser encarada como um desígnio fundamental e um dos maiores desafios que está colocado à sociedade moderna, por se tratar de uma peça fulcral na qualidade de vida dos nossos concidadãos.

É essencial realçar o compromisso de salvaguarda deste propósito global, em plena harmonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), projetados no âmbito da Agenda 2030, salvaguardando um modelo de desenvolvimento equilibrado que garanta as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Apesar do reconhecimento internacional da importância e da unicidade da paisagem madeirense e da sua biodiversidade, fenómenos como as alterações climáticas, tornaram evidente a deficiente ação e a falta de responsabilidade das sucessivas governações regionais na conservação dos Valores Naturais sob a sua jurisdição.

Esta subalternização da biodiversidade e a conservação da natureza em nome de outros valores conflitantes, ficou bem patente em diversos alertas internacionais de instituições de referência para o património natural e a conservação da biodiversidade no contexto mundial, como a IUCN (International Union for Conservation of Nature) e a UNESCO que dão conta das crescentes ameaças à conservação da nossa natureza, destacando as mais recentes agressões à Floresta Laurissilva, elevada a Património da Humanidade pela UNESCO.

Num ecossistema insular, onde 64% do território terrestre do arquipélago (515 km²), possui um estatuto de proteção e 70% do mar territorial do arquipélago (12 milhas) é área marinha protegida, urge implementar uma recuperação e valorização da paisagem que seja coerente com os valores da conservação da natureza e preservação da biodiversidade e que permita salvaguardar estes autênticos santuários de vida selvagem de enorme importância para a preservação das nossas espécies, com natural destaque para os nossos endemismos.

É necessário implementar uma visão integrada do território e dos seus recursos naturais, como o único ativo estratégico de que temos disponibilidade plena. Perspetivar os serviços dos ecossistemas, revitalizando de forma convergente o nosso tecido produtivo agrícola e agroflorestal e a sua consequente dinamização do espaço rural, com a proteção e a valorização do meio ambiente, integrando pilares sólidos para o crescimento e estabelecendo ainda uma fonte de riqueza sustentável.

É também necessário garantir uma correta articulação entre os diversos profissionais das diferentes áreas relacionadas com o ambiente e o ordenamento do território para salvaguarda do desenvolvimento sustentável que interligue a proteção ambiental a uma correta gestão dos recursos naturais, com o envolvimento de uma população sensibilizada para a correta gestão ambiental e expressão dos conceitos de economia verde e azul, que são mais-valias para o desenvolvimento económico.

Só assim poderemos almejar uma valorização económica e social, assente numa estratégia política que assegure a aplicação das diretivas comunitárias, mas também uma gestão eficiente dos recursos naturais e dos respetivos ecossistemas.

As alterações climáticas são indubitavelmente das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. É necessário dar a devida relevância, revertendo de forma imediata a secundarização política a que esta temática tem sido subjugada.

A Região apresenta condições especialmente propícias para almejar a vanguarda do movimento de mitigação das alterações climática, mas para isso tem de garantir a implementação de ações concertadas e medidas coerentes de mitigação e adaptação, que minimizem as causas antropogénicas e promovam o desenvolvimento resiliente capaz de reduzir a vulnerabilidade e atuar na redução dos impactes biofísicos e socioeconómicos.

O programa do JPP convenciona uma política ambiental orientada para as áreas estratégicas e de grande importância ecológica, económica e social, de que são exemplos a agricultura, pescas e a necessária valorização dos recursos naturais.

OBJETIVO: Implementar o Fundo Ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Medidas

Criar um Fundo Ambiental de âmbito regional que promova políticas adequadas ao desenvolvimento sustentável, visando os compromissos relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade.

Estabelecer um programa pioneiro de dinamização da investigação e do desenvolvimento e inovação, com ênfase para as tecnologias limpas e de baixo carbono.

Intensificar a estratégia e as ações de combate e eliminação do lixo marinho, protegendo a biodiversidade e os ecossistemas no espaço Atlântico.

Dar cumprimento às obrigações internacionais a que Portugal e a RAM estão vinculados, nomeadamente no âmbito da Diretiva Quadro de Estratégia Marinha da União Europeia.

Implementar a Estratégia Regional para o combate à poluição das águas costeiras e balneares da Madeira e do Porto Santo.

Dar cumprimento à monitorização e gestão sistemática da Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Definir uma estratégia regional para lidar com o problema dos plásticos, diminuir a pegada de carbono, os impactes ambientais e na saúde e proporcionar novas oportunidades de trabalho.

Agilizar a valorização de espaços florestais improdutivos e com potencial de assegurar mais-valias aos proprietários florestais e agrícolas.

Criar um gabinete de apoio aos proprietários de prédios rústicos, agilizando e desburocratizando mecanismos de apoio.

Garantir uma campanha de requalificação dos espaços florestais, promover o cadastro dos terrenos e a instalação de novos modelos de produção florestal com características preventivas relativamente aos incêndios florestais.

Promover o fomento de novas alternativas de produção, visando a dinamização do sector primário e, de forma indireta, restituir dignidade à paisagem.

Atuar no combate aos fogos florestais através de uma aposta forte na requalificação do espaço florestal, incentivando a implementação de mosaicos de vegetação de baixa combustibilidade que sirvam de tampão à propagação de incêndios.

Reforçar uma estratégia de redução das linhas aéreas de transporte de eletricidade, identificadas como um relevante fator de ameaça para o bem-estar humano e para a conservação de diversas espécies, minimizando o seu impacto paisagístico e mitigando o seu impacto sobre a avifauna.

Conceber novos espaços verdes, recuperar e alindar os existentes, apostando numa requalificação que devolva o pitoresco, o romântico e o singular e ao mesmo tempo contribua para a qualidade do ar.

Promover a conservação da biodiversidade, em contexto urbano e estreita articulação com os municípios, difundindo os espaços de lazer e de usufruto público.

OBJECTIVO: Causa animal. Criar uma rede de parques caninos, de centros de recolha e prover apoios às associações dos direitos dos animais.

Medidas

Criar uma rede de Parques Caninos/Gatis em articulação com os municípios da Região, espaços vedados onde os cães e gatos possam correr, brincar sem trela e em segurança, supervisionados pelos donos, incentivando a socialização dos animais.

Estabelecer uma rede regional de centros de recolha de animais errantes, realizar obras de modernização dos atuais centros, salvaguardar a recolha, tratamento, dignidade e o bem-estar de todos animais de companhia abandonados e prevenir a segurança e saúde pública de toda a comunidade.

Estabelecer apoio financeiro e logístico devidamente regulamentado às várias associações madeirenses de defesa dos direitos dos animais.

Promover em toda a Região campanhas gratuitas de vacinação e de castração dos animais errantes.

Incluir as despesas de bem-estar animal dos animais domésticos de estimação na declaração anual de IRS para efeitos de bonificação.

OBJECTIVO: Controlo e erradicação das espécies invasoras.

Medidas

Garantir o controlo biológico das espécies infestantes e invasoras, estabelecer um plano de fiscalização integrado e impedir a entrada de agentes patogénicos que comprometam as culturas locais com pragas e doenças.

Implementar novas medidas para o controlo e erradicação de espécies florestais exóticas invasoras lenhosas, com a reconversão das áreas para espécies autóctones, dando prioridade às áreas protegidas.

Garantir a implementação e atualização dos Planos de Ordenamento e Gestão de todas as áreas protegidas da Região Autónoma da Madeira.

Preparar um modelo de intervenção para a utilização controlada da silvopastorícia na gestão de combustíveis, de forma a explorar todas as sinergias possíveis entre a floresta e esta atividade.

Através desta abordagem diminuir o risco de incêndios, reforçar a soberania alimentar, promover a sustentabilidade económica, a gestão e o desenvolvimento do mundo rural e a regeneração dos ecossistemas.

OBJECTIVO: Criação do programa “Património Natural”.

Medidas

Requalificar as estradas regionais com maior impacto e interesse turístico e implementar um plano de revitalização dos percursos pedestres, caminhos reais, trilhos e linhas de interesse histórico.

Recuperar e melhorar a sinalética e estabelecer um plano de ação visando o embelezamento das bermas das estradas e caminhos municipais, bem como a melhoria estética das veredas.

Posicionar a Madeira e o Porto Santo na vanguarda da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, constituindo uma alavanca para a coesão territorial, social e intergeracional.

Assegurar junto das entidades nacionais e europeias o necessário investimento na conservação da natureza, preservar a biodiversidade e o património natural regional reconhecido internacionalmente.

Criar o Programa “Património Natural” assente num programa de gestão de uma rede de sítios de relevância geológica, de especial importância científica, raridade e beleza, potenciando uma mais-valia económica e turística.

Dinamizar as micro-reservas ambientais, com o intuito de recuperar valores relevantes da flora e da fauna nativa, com especial interesse de conservação e marca identitária da nossa paisagem.

Chamar a Natureza aos espaços mais urbanos, criando corredores ecológicos que ajudem na interligação do silvestre com o urbano, promovendo uma qualidade de vida mais consentânea com o que se preconiza para as sociedades modernas.

Consagrar uma verdadeira estratégia de Educação Ambiental no sistema curricular de ensino, de forma a dinamizar o conhecimento do património natural regional.

Dinamizar eventos lúdico-desportivo e potenciar uma nova filosofia de integração na natureza, combinando aventura, ecoturismo e cultura.

Consagrar um sistema de incentivos à adoção de boas práticas ambientais pelas empresas privadas e serviços públicos, certificando e premiando as organizações que contemplem medidas sustentáveis e ambientalmente responsáveis.

Proceder à revisão e atualização da Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas, de uma forma transversal e setorial, garantindo a correta implementação de estratégias de adaptação e mitigação, em todo o território, nos sectores da agricultura e florestas, biodiversidade, energia, recursos hídricos, saúde humana e turismo.

Promover o respeito integral por todas as diretrizes plasmadas nos diversos Planos de Ordenamento do Território e dos programas especiais de ordenamento do território (PEOT), impedindo que novas violações comprometam o ordenamento, a paisagem e a sustentabilidade dos recursos naturais e patrimoniais que lhe subjazem.

JUVENTUDE

Um travão na saída de talentos

Este contrato social que é o Programa de Governo do JPP reserva um capítulo às justas ambições da Juventude do JPP, que são também, em traços gerais, aspirações de todos os jovens da Madeira e do Porto Santo.

As novas gerações têm sido inspiradoras e talentosas em áreas como as artes e a ciência, o direito, a economia e o social. Os jovens da Madeira destacam-se pela criatividade, talento e inovação.

Por direto próprio, devem beneficiar de incentivos e medidas políticas nos diferentes domínios do quotidiano, para ganharem asas e contribuírem para o desenvolvimento integral da Região.

Antes de mais, é preciso estancar a saída de jovens para fora da Região. Isso carece de políticas de emprego apelativas, com baixa fiscalidade e salários adequados às suas qualificações, reconhecendo-lhes o mérito, o talento, a disponibilidade e a força criadora.

A Região deve estabelecer um quadro de estratégias e políticas que facilitem a entrada dos jovens na vida ativa, com liberdade e autonomia individual, para que todos possam escolher o seu caminho, realizar sonhos e projetos na Ilha e não no estrangeiro.

OBJETIVO: Melhorar as políticas de juventude nas áreas da educação, saúde, habitação e emprego.

Medidas

Introduzir novos conteúdos no domínio da “Educação para a Cidadania” nas escolas da Região, de modo a melhor preparar os jovens para a vida adulta e para a sua participação nas decisões políticas.

Implementar projetos na área da Educação Financeira nas escolas da Região, de forma a promover a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades fundamentais na literacia financeira para ajudar os jovens nas decisões que terão de tomar no futuro.

Criar novos escalões para as bolsas de estudo e reforço dos valores, para evitar o abandono dos estudos universitários, por dificuldades económicas.

Adaptar a oferta formativa da Universidade da Madeira às necessidades do mercado de trabalho na Região Autónoma da Madeira.

Criar pontos de contacto acessíveis aos jovens para a prestação de serviços de voluntariado ou de iniciativa própria.

Bonificar as empresas que empreguem jovens por um período mínimo de três anos e os submeta a ações de formação contínua.

Colocar em prática o Cartão Jovem da RAM.

Promover movimentos associativos de jovens.

Criar o Passe Jovem Único.

Alargar os programas de arrendamento jovem na RAM.

Incentivar o empreendedorismo jovem.

Promover, de forma transversal, a participação cívica ativa dos jovens na RAM.

Descentralizar as atividades de lazer e prática desportiva.

Apostar nos apoios à habitação para jovens mais carenciados.

URBANISMO E GESTÃO TERRITORIAL

Arquitetar ambientes públicos aprazíveis e sustentáveis

Os processos de evolução das sociedades urbanas têm sido responsáveis por profundas alterações, a vários níveis, com o natural destaque para a estrutura socioeconómica das nossas cidades.

Os sistemas migratórios em curso, compaginados com uma profunda crise no emprego, a pobreza social, o aumento da esperança de vida, a degradação habitacional, a ausência de apoios e a notória especulação imobiliária, indicam-nos que a grande maioria da população madeirense continua, preferencialmente, a viver nas grandes centralidades, em detrimento do espaço rural.

Perante este quadro, entendemos que é de fulcral importância repensar o urbanismo nas suas três principais funções: a habitação, a circulação e a recreação.

O urbanismo distingue-se pelo seu carácter multidisciplinar da gestão territorial, inserido no contexto dinâmico do crescimento da sociedade e, por conseguinte, no crescimento territorial idealmente sustentado.

Esta ciência humana permite projetar e principalmente pensar a cidade como um todo responsável pela análise e criação de sistemas infraestruturais, que sustentam o desenvolvimento e o consequente crescimento da sociedade.

O urbanismo é uma das principais ferramentas territoriais de trabalho e, no entanto, tratando-se de intervenção global, será sempre necessário uma aproximação de ideias e estudos para que se consiga criar um vetor único dinamizador de desenvolvimento territorial.

OBJETIVO: Colocar o enfoque na Política de Ordenamento do Território nos pilares da sustentabilidade e no crescimento ponderado e controlado.

São três os pilares: Sistema de Prevenção e Gestão de Riscos; Sistema de Conservação e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e dos espaços Agroflorestais; Sistema Urbano e Acessibilidades.

A proposta do JPP baseia-se na criação de um Sistema de Reabilitação e Requalificação Urbana/Agroflorestal Integrado e Sustentado, onde se evidencia um forte sentido de coesão socio-territorial e harmonização dos vários vetores orientadores da morfologia urbana.

Mais do que apenas reabilitar e/ou restaurar edifícios, é imperativo que se recuperem os princípios, a lógica e a dinâmica coerente da paisagem urbana e rural.

A defesa da urbe é o que de mais importante temos para defender, numa lógica de sensibilização para o impacto ambiental de estruturas clandestinas, tais como vazadouros, extração de pedra, depósitos vários, a fim de fomentar uma boa gestão dos resíduos sólidos e evitar a contaminações várias das redes hidrográficas.

Medidas

Promover a criação de boas condições para atrair investimento privado e público em setores como o Turismo de Natureza, permitindo o usufruto de experiências saudáveis, em ligação direta com a paisagem rural atravessada pela antiguidade dos trilhos.

Avançar com projetos de requalificação e reabilitação urbana e rural, em respeito pela Lei das Acessibilidades para desenvolver e dar a conhecer a todos o nosso território.

Prover incentivos que permitam tirar partido das políticas de investimento Europeu para a recuperação das zonas urbanas consolidadas, criando emprego e potenciando o surgimento de novas unidades habitacionais que devolvam a cidade às pessoas.

Implementar, de forma efetiva, o Programa Regional para o Ordenamento do Território (POTRAM) e os Programas de Orla Costeira, visando a promoção de uma utilização harmoniosa, de pessoas e bens, em respeito pela sustentabilidade das zonas costeiras.

Fomentar a criação de grupos de trabalho que possam prestar apoio aos proprietários no desenvolvimento de projetos de reabilitação, com uma maior autonomia ao nível da fiscalização e monitorização preventiva, assegurando uma saudável proteção do solo e, por conseguinte, da paisagem urbana e rural.

Incentivar a criação de infraestruturas de apoio ao ecoturismo, tendo em vista a desmistificação de que o betão e consequente impermeabilização dos solos não são o único vetor de oferta turística.

Apostar na efetiva criação de cartas de risco no contexto das alterações climáticas, com a devida articulação dos diferentes planos de emergência por parte das autoridades locais.

Aumentar, modernizar e adequar a resiliência das infraestruturas essenciais em caso de catástrofes, com particular destaque para os equipamentos de saúde, de emergência e proteção civil.

Incrementar e modernizar os sistemas de alerta precoce, garantindo um maior reforço e uma maior eficácia dos diferentes mecanismos de reação rápida a catástrofes.

Promover a reabilitação dos antigos acessos locais e outros percursos pedonais, em segurança e com sinaléticas adequadas, mas evitando sempre a ocupação dos solos com o desnecessário betão e alcatrão.

EDUCAÇÃO

Ao serviço da economia e da sociedade

A orientação e definição das políticas educativas regionais são dinâmicas e evolutivas, fruto do processo autonómico. A Autonomia dispõe de instrumentos que nos permitem resolver os problemas que surjam na Região, assim como clarifica, gradualmente, o caminho percorrido com vista a atingir um modelo de intervenção política adequado às necessidades específicas do desenvolvimento e modernização do setor educativo da Madeira.

O Ensino é o pilar nuclear do desenvolvimento humano de qualquer região ou país. Quando a Educação falha, tudo o resto fica mais difícil. Sem um modelo de ensino holístico, que compagine a aprendizagem, o conhecimento, a formação para a vida, o desporto, as artes e a cultura geral, é elevado o risco de não dispormos na sociedade de quadros técnicos qualificados, competentes e devidamente habilitados.

A política de educação deve prosseguir na missão de habilitar os cidadãos com as competências e conhecimentos necessários ao que procura o mercado de trabalho e ao que exige a sociedade dos nossos dias.

A Região dispõe de um corpo docente competente e qualificado. Temos um número aceitável de funcionários e auxiliares de ação educativa empenhados e responsáveis.

Os Censos de 2021 revelam com clareza a persistência de falhas no modelo educativo na Região. Ao fim de 47 anos de Autonomia, a Madeira continua a ser a Região do País com uma elevada percentagem de pessoas, com 15 anos e mais de idade, com um grau de escolaridade de apenas 4 a 9 anos.

São exatamente 40,5% da população em idade ativa, perfazendo um total superior a 75 mil habitantes, com o seguinte registo: com apenas 4 anos de escolaridade (24,3%), até 9 anos (16,2%). Apenas 22,5% concluiu o 12.º ano, 16,5% tem formação superior e 10.433 não tem qualquer grau de ensino, o que é considerada população analfabeta.

Continua, portanto, a não ser fácil gerir todas as subáreas deste setor no universo regional: ensino, desporto, educação especial e reabilitação, juventude, desporto, formação profissional, emprego, novas tecnologias, comunicações, trabalho. Acresce a isto a preocupação com a baixa natalidade fruto, em parte, do custo de vida ou da instabilidade profissional.

Quanto ao ensino superior, é inegável a importância para a Região da Universidade da Madeira. Uma mais-valia, como polo de formação e capacitação superior da população madeirense, elemento de importância acrescida para o desenvolvimento regional.

OBJECTIVO: Aumentar o sucesso escolar e prevenir o abandono precoce.

Medidas

Combater a exclusão social através da igualdade no acesso ao conhecimento.

Conceder aos alunos aprendizagens com significado para não desistirem precocemente da escola.

Aumentar o sucesso escolar, prevenir o abandono precoce, tornar a escola mais inclusiva e apelativa, democrática e autónoma.

Criar bolsas de estudo de mérito e apoios para alunos de excelência

Elevar ao grau de ensino superior o Conservatório Escola Profissional das Artes da Madeira, em parceria com a Universidade da Madeira e o Ministério da Educação.

Fazer da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo uma escola de referência, em parceria com a Universidade da Madeira e a envolvimento do setor da hotelaria e turismo.

Apostar na formação profissional centralizado nas escolas e instituições públicas existentes, estabelecendo protocolos com organismo privados do setor.

Dinamizar os Cursos de Formação de Adultos como verdadeiros cursos vocacionados para profissões e áreas em que há uma elevada carência de mão-de-obra minimamente qualificada.

Sensibilizar os jovens para a profissionalização e formação nas atividades do setor primário.

Combater e prevenir a indisciplina, o *bullying* e o *cyberbullying*.

OBJETIVO: Reduções por idade e tempo de serviço dos docentes do 1.º Ciclo e da Educação Pré-escolar.

Pretende-se uma justa redução da componente letiva dos docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo à semelhança do que se aplica aos docentes dos restantes níveis de ensino.

Medida

Alteração do ECD-RAM com vista à aplicação das reduções da componente letiva em razão da idade e do tempo de serviço, tal como previstas no n.º 1 do art.º 75, a todos os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo, equiparando-os aos docentes dos restantes níveis de ensino.

OBJETIVO: Vinculação de docentes

Existem muitos docentes em situação precária que, há muito tempo, vêm colmatando insuficiências estruturais do sistema educativo regional.

Medida

O JPP entende que, para terminar com a situação precária dos docentes que há muito tempo vêm colmatando as insuficiências estruturais do sistema educativo regional, é necessária uma alteração do DLR N.º 9/2018/M, para vincular todos os docentes com três contratos sucessivos celebrados com o departamento do Governo Regional responsável pela Educação, com habilitação profissional e em horário anual e completo, independentemente do grupo de recrutamento.

OBJETIVO: Fim dos percentis na avaliação do desempenho docente e das quotas de acesso aos 5.º e 7.º escalões.

A existência de vagas põe em causa o princípio da equidade, porque uns são sujeitos a elas e perdem tempo de serviço, enquanto outros, não. Pretende-se a construção de uma carreira sem barreiras.

Medida

Revogação do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 40.º do Estatuto da Carreira Docente da RAM.

OBJETIVO: Contagem do tempo de bloqueio nos 4.º e 6.º escalões para progressão na carreira.

Medida

Reintegração no escalão correspondente ao tempo de serviço prestado de forma a recuperar o “tempo perdido” enquanto aguardou por vaga.

OBJETIVO: Aplicação da última estrutura da carreira docente a todos os professores e educadores, independentemente da data da vinculação, eliminando as ultrapassagens.

O tempo de serviço efetivamente prestado deverá ser integralmente tido em conta na progressão da carreira sendo que os encargos financeiros serão pouco significativos.

Medidas

Recuperação de um ano de serviço do tempo não considerado, em janeiro de 2026.

Recuperação de um ano de serviço do tempo não considerado, em janeiro de 2027.

Recuperação do tempo de serviço remanescente não considerado, em janeiro de 2028.

OBJETIVO: Criação de um calendário escolar único da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo.

Pretende-se que o calendário da Educação Pré-escolar seja igual ao do 1.º Ciclo, devido às seguintes razões:

a) Necessidade de se respeitar as especificidades do trabalho dos educadores.

- b) Distinção entre a componente educativa (da responsabilidade dos educadores) e a componente de apoio à família (da responsabilidade dos assistentes operacionais e técnicos especializados).
- c) Reconhecimento do desgaste a que estão sujeitos os educadores.
- d) Média de idades destes profissionais.
- e) Interligação entre a Educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo e cooperação entre os profissionais dos dois setores na concretização de várias atividades do projeto educativo das escolas.
- f) Articulação pedagógica na transição das crianças da Educação Pré-escolar para o 1.º Ciclo.
- g) Especificidades da organização das escolas.

OBJETIVO: Reconhecimento do desempenho escolar dos alunos da escola pública.

No sentido de incentivar ao prosseguimento de estudos a todos os alunos, importa valorizar aqueles que são exemplo de empenho e compromisso e referências nas organizações que frequentam.

Medida

Atribuição do prémio de mérito pecuniário ao melhor aluno de cada escola pública, desde o 1.º Ciclo ao Ensino Secundário, no fim de cada ciclo de estudos.

OBJETIVO: Reduzir os níveis insatisfatórios e de indisciplina.

Perante resultados escolares menos satisfatórios ou de situações graves de indisciplina, importa analisar as causas e dotar as escolas de recursos materiais e humanos para recuperar os alunos com dificuldades ou com perturbações que exijam determinadas adaptações impulsionadoras da sua aprendizagem e desenvolvimento.

Medidas

Reforçar o número de técnicos auxiliares de educação, na gestão, vigilância e dinamização dos espaços de lazer (recreios e refeitórios).

Aumentar o número de técnicos e docentes nos quadros dos Centros de Recursos Educativos Especializados (CREE).

Implementar uma verdadeira dinamização de equipas multidisciplinares, incluindo os respetivos profissionais de saúde de cada criança/aluno, defendendo o seu superior interesse.

Contratar Educadores Sociais para trabalhar em contexto escolar a ligação entre a escola, a família e outras entidades.

Reforçar o número de psicólogos e terapeutas nas escolas da Região.

Conceder maior celeridade na ação das entidades responsáveis pelos apoios sociais para as famílias em risco.

OBJETIVO: Digitalização do ensino – avaliação das experiências

Durante os últimos anos, assistimos à integração progressiva dos manuais digitais em alguns ciclos de ensino. Julgamos ser altura de ouvir todos os envolvidos neste processo e aferir do resultado desta medida junto da comunidade educativa.

Medidas

Digitalização do ensino. Proceder a um estudo, junto dos alunos, docentes e encarregados de educação, para avaliação da utilização dos manuais digitais, as suas vantagens e desvantagens, enquanto única ferramenta de trabalho.

OBJETIVO: Construir novas infraestruturas para creches e infantários.

Infelizmente, todos os anos há testemunhos preocupantes da falta de vagas nas creches e infantários, sejam eles públicos ou privados, independentemente dos apoios existentes nos pagamentos das mensalidades. A verdade é que, nas zonas de maior índice populacional, simplesmente não há espaço para mais crianças, mesmo as que já têm 3 anos feitos.

Medidas

Aumentar o número de salas de pré-escolar nos edifícios já existentes, sempre que seja possível.

Construir novos estabelecimentos educativos para a primeira infância, em zonas com maior densidade populacional;

OBJETIVO: Responder à procura de novos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) na Região, como por exemplo no Caniço.

Observa-se que em algumas localidades existe um número de pessoas com Necessidades Educativas Especiais bastante significativo. Por vezes, as famílias encontram dificuldades em conseguir um lugar que ajude a orientar, a promover a autonomia e a melhorar a qualidade de vida dos seus familiares. A existência de um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão solucionaria parte destas preocupações.

Medida

Proceder à abertura de novos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão de forma a responder às necessidades locais.

OBJETIVO: Disponibilização de ferramentas de trabalho para docentes e alunos.

Para que a Escola possa, efetivamente, ser digital, têm de existir as respetivas ferramentas de trabalho e apoio técnico adequado e atempado na gestão de hardware/software e uma rede de internet que responda às exigências do processo ensino-aprendizagem

Medidas

Criar um programa de apoio à aquisição e manutenção de computadores pessoais para todos os docentes.

Atualizar a capacidade das redes das escolas.

Dotar as escolas de técnicos de informática para a manutenção dos equipamentos, redes e outros serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

OBJETIVO: Democratizar a gestão das escolas promovendo modelos de rotatividade.

Consideramos ser justo que haja um número limitado de mandatos para os titulares dos órgãos de gestão das escolas públicas.

Esta medida dará oportunidade a outros professores para poderem desempenhar o cargo de gestão da escola, contribuindo com novos projetos, novas ideias e novas dinâmicas.

Medida

Limitar a um máximo de três mandatos consecutivos os cargos de Presidente do Conselho Executivo, Diretor de Escola e Presidente da Comunidade Educativa

OBJETIVO: Agir atempadamente junto das crianças com deficiências ou perturbações.

Diversos estudos demonstram que quanto mais cedo se iniciar a intervenção maior é a sua eficácia. A Intervenção Precoce consiste na prestação de serviços a crianças, desde o nascimento até aos 6 anos de idade. Quando a intervenção é iniciada logo após os primeiros meses de vida ou pouco tempo após a realização do diagnóstico de deficiência ou de alto risco, os ganhos ao nível do desenvolvimento são maiores e a probabilidade de se manifestarem outros problemas é menor.

Medidas

Criar um Plano de Intervenção Precoce da RAM.

Descentralizar, em parceria com a Saúde, o Centro de Desenvolvimento da Criança, investindo nos recursos materiais e humanos, diminuindo os tempos de espera e as altas prematuras.

OBJETIVO: Alteração de paradigmas com vista a um futuro mais sustentável.

Num tempo marcado por desafios como a globalização, a crise económica e financeira, as desigualdades sociais e os problemas ambientais, é preciso ensinar as crianças a olhar o mundo em diferentes domínios da vida social e, nesse sentido, importa disponibilizar desde muito cedo ferramentas para uma futura gestão eficaz dos recursos.

Medida

Conceber o Plano Regional para a Economia Social

OBJETIVO: Promover e educar para uma alimentação saudável.

A educação alimentar tem como finalidade ajudar a população a alcançar melhorias a curto e a longo prazo, no que se refere à dieta e ao comportamento alimentar. Ao dar conhecimento, permite que as pessoas tomem a iniciativa e o controlo sobre as suas escolhas, com impacto na sua saúde, influenciadas pela educação.

Medida

Estabelecer por via da contratação pública uma rede de nutricionistas para as escolas.

OBJETIVO: Dotar de mais oferta formativa e horários disponíveis os núcleos do Conservatório – Escola das Artes.

Os alunos do Conservatório beneficiam de uma boa oferta de ensino na Região, contando com doze polos e núcleos, por todo o arquipélago, a fim de garantir a acessibilidade aos cursos ministrados. Contudo, para além de determinadas fragilidades físicas em alguns polos, nem todas as opções de formação estão disponíveis porque nem sempre os horários correspondem à disponibilidade dos interessados.

Medidas

Melhorar as instalações dos núcleos de forma a incluir mais diversidade de oferta de formação.

Reforçar os quadros docentes.

Disponibilizar horários diferenciados para permitir mais opções aos alunos.

OBJETIVO: Modernizar os cursos do Ensino Profissional.

O ensino profissional tem de ser tratado como ensino regular. Uma ferramenta de sucesso para quem prefere esta via, capaz de melhorar as competências individuais e combater o abandono escolar. É preciso inovar e adequar as oportunidades de trabalho às necessidades do mercado.

Medida

Introduzir novos cursos que respondam às necessidades do mercado de trabalho e em particular nas áreas essenciais para a dinamização turística e cultural da Região.

OBJETIVO: Garantir uma gestão transparente e adequada no regresso da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira à esfera pública.

A EPHTM é um instrumento essencial na formação dos profissionais da hotelaria, capacitando-os com novas experiências e procedimentos e habilitando-os para o mercado de trabalho.

Nos últimos anos este estabelecimento de ensino esteve sob a alçada de uma entidade privada, e ficou mais conhecido por polémicas e ausência da excelência pela qual se pautou no passado, do que pela formação ministrada, gerando sérias preocupações a quem lá estuda e trabalha. A Escola em boa hora regressa à esfera pública.

ENSINO SUPERIOR

OBJETIVO: Estreitar o relacionamento entre a Universidade da Madeira e o serviço público.

Entendemos que o trabalho e ação da Universidade da Madeira (UMa) têm sido subaproveitados pelo Governo Regional. As parcerias na educação devem ser melhor utilizadas e consideradas como importantes instrumentos de trabalho e de desenvolvimento.

Medidas

Trabalhar em parceria com a Universidade da Madeira, em particular no que concerne a pareceres dos seus investigadores nas mais diversas áreas, estágios, formações e outras formas de partilha.

Dinamizar um estudo que avalie as razões do abandono do Ensino Superior, na Universidade da Madeira, com vista a encontrar soluções para minimizar essa situação.

Rever dos escalões para atribuição de bolsas de estudo de forma a evitar o abandono dos estudos universitários por dificuldades económicas.

INVESTIGAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os investimentos em ciência e tecnologia enfrentam uma crise de legitimação social no que concerne às políticas públicas. A relação entre ciência, tecnologia e sociedade é complexa e deve ser muito bem estruturada, quer nas opções de investimento, quer no uso que a elas é dado.

O desenvolvimento da Região passa pelo fomento das potencialidades instaladas nos diferentes setores sociais e económicos, com o objetivo de facilitar a investigação e a modernização tecnológica, com recurso aos fundos regionais e europeus estabelecidos.

OBJETIVO: Apostar na investigação e no progresso técnico e científico com efeitos positivos no desenvolvimento da Região.

Medidas

Estabelecer uma estratégia regional de especialização inteligente para a Região, tendo em linha de conta o avanço da Inteligência Artificial nos mais diversos domínios, e estreitando canais com a Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação (ARDITI), o M-iTI e a UMa.

Aproveitar ao máximo os diferentes fundos comunitários disponíveis para definir uma agenda regional do crescimento inteligente, inclusivo e eticamente sustentável.

Tirar o máximo rendimento das oportunidades geradas pelo digital para promover o desenvolvimento tecnológico gerador de crescimento económico, de emprego e da inovação que acrescenta valor.

Incentivar e apoiar quem cria conhecimento, reconhecer as ideias e os benefícios que trazem à sociedade.

Acelerar uma efetiva e robusta transição digital, baseada nos eixos abaixo mencionados.

Promover a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação.

Desenvolver a formação em competências digitais.

Promover a literacia digital.

Dinamizar a transformação digital do setor empresarial.

Estimular a digitalização dos serviços públicos da Região

DESPORTO

Incentivamos o Desporto na sua vertente recreativa/lazer e competitiva, pois este promove a socialização, a justiça e o equilíbrio físico e psicológico. Consideramos a inegável vantagem que a

atividade física/desportiva tem para a saúde da população, prevenindo doenças e melhorando o equilíbrio emocional.

Reconhecemos que o desporto de competição amador e a alta competição movimentam públicos diversos e contribuem para a criação de postos de trabalho, arrecadação de receitas, aumento do PIB e dinamização da economia.

Medidas

Criar o Estatuto do Atleta de Elevado Potencial.

Exigir transparência na prestação de contas por parte dos clubes desportivos que recebem apoios do Governo Regional

Reorganizar os horários escolares de forma a existir uma maior articulação entre o Desporto e a Escola, sendo que a formação dos mais novos deverá ser mais rentável e pedagogicamente acertada se for feita na escola, no horário da tarde.

Capacitar os polidesportivos de coberturas, nos casos em que estas não existam, para que os alunos possam usufruir das atividades ao ar livre sem contingências climáticas.

Dinamizar os polidesportivos que ficaram inativos com o encerramento de escolas, disponibilizando-os para atividades com a população idosa, com benefícios para a reabilitação e saúde.

Valorizar o exercício físico, enquanto elemento para a promoção da saúde, com a proposta de dedução das despesas com ginásios em sede de IRS.

Defender o desporto recreativo e de competição, apoiando-o sempre que se justifique.

Reformular o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo (PEDD), contando com o envolvimento dos clubes, associações, escolas, municípios, universidade, entre outros, atendendo à duração mínima de um ciclo olímpico (4 anos), de modo a potenciar os projetos desportivos em que se encontram envolvidos.

Integrar a política de apoio à valorização do atleta madeirense e porto-santense através do Regulamento de Apoio ao Desporto (RAD).

Integrar o Plano Regional de Apoio ao Desporto (PRAD).

Melhorar o plano de manutenção e ampliação do parque desportivo regional, os projetos de formação e a qualificação dos agentes desportivos.

Adaptar o RAD e o PRAD ao princípio da meritocracia com vista a atribuir um apoio financeiro pelas conquistas desportivas a nível regional, nacional e internacional.

Ajustar o RAD e o PRAD à realidade desportiva do Porto Santo.

Valorizar os eventos desportivos que promovam a “Marca Madeira”, atribuindo um apoio financeiro com critérios previamente definidos e regulamentados.

Garantir que o Estado cumpre o princípio da continuidade territorial do serviço público, no que se refere à tarifa do desporto, implementando um regime jurídico próprio que salvguarde em definitivo as deslocações dos atletas e equipas das Regiões Autónomas.

OBJETIVO: Apoiar a competição desportiva regional.

Nas mais variadas modalidades, é possível encontrar desportistas e clubes de elevado valor mas que nem sempre conseguem reunir as condições necessárias para representar condignamente a Madeira fora do arquipélago.

Medida

Quando devidamente fundamentado, o Governo Regional deve apoiar o crescimento de projetos desportivos nas mais diversas modalidades amadoras que se prevê venham a projetar a Região e a promover os atletas madeirenses.

OBJETIVO: Combater o sedentarismo

Com uma maior esperança de vida, os nossos idosos lidam com problemas de saúde e um certo sedentarismo promovido por um estilo de vida mais ligado aos ecrãs e aos programas de entretenimento. Importa oferecer-lhes um leque diversificado de opções que promovam a atividade física e a oportunidade de conhecer novos lugares e fazer novas aprendizagens.

Medida

Criação de projetos específicos e o estabelecimento de protocolos com entidades certificadas, para a promoção do ensino de adultos e a manutenção de um estilo de vida saudável.

OBJETIVO: Recuperação e manutenção das infraestruturas do parque desportivo regional.

São muitos os testemunhos da falta de condições e degradação de algumas infraestruturas desportivas regionais, como por exemplo as piscinas e pavilhões que apresentam sérios problemas pela sua mínima ou inexistente manutenção. Desde modo, importa recuperar os equipamentos desportivos degradados de forma a garantir as necessárias condições de segurança.

Medidas

Concretizar um plano de recuperação e melhoria de todas as infraestruturas desportivas regionais.

Promover uma gestão eficiente dos recursos existentes.

Apoiar o funcionamento de atividades que se desenvolvem em torno de projetos que visam dinamizar investimento público e privado.

Criar condições para que a Madeira possa atrair competições e estágios de coletividades de fora da Região, por forma a rentabilizar as infraestruturas.

TURISMO

Preservar a autenticidade em tempos de massificação

O Turismo é uma das atividades económicas de maior crescimento mundial e o pós-pandemia confirma a tendência crescente para uma intensificação progressiva no mercado global.

O número de dormidas registadas na Região, desde os finais de 2021, ultrapassou as melhores estimativas e são a confirmação do bom desempenho que o setor já vinha a demonstrar desde 2017.

É um facto que a Madeira nunca recebeu tantos turistas como agora. As taxas de ocupação são das mais elevadas de sempre. A hotelaria e a restauração registam ganhos que não foram previstos. O movimento e o número de escalas no Aeroporto Internacional da Madeira batem recordes.

O Turismo continua a ser o setor que mais contribui para o PIB da Região e para a criação de postos de trabalho. É um setor vital da nossa economia, gerador de retorno imediato, mas também muito permeável às vulnerabilidades externas, como aconteceu com a pandemia da Covid-19, às oscilações económicas e climáticas e à decorrência de conflitos bélicos.

O turismo representa 27% do Produto Interno Bruto (PIB) da Madeira, um valor superior à média nacional. Emprega cerca de 20 mil pessoas, o que se traduz em 17% do emprego total da Região, expressando assim, de forma inequívoca, o peso do setor na economia e no emprego.

Tratando-se de um setor extremamente volátil, não pode ser deixado ao acaso, pois exige uma atenção permanente aos sinais globais constantes. Sabe-se hoje que a autenticidade do destino, as experiências únicas, a diferenciação, a cultura e a qualidade dos serviços são o que mais pesam nas escolhas dos visitantes e que muito pouco ou nenhum significado tem a retórica dos recordes, das conquistas, da eterna hospitalidade e da tradição secular.

Preservar a autenticidade do destino Madeira, em tempos de massificação e recordes absolutos, é o maior desafio que o setor enfrenta, nos próximos tempos. Crescer sem estragar é o lema.

Isto faz com que qualquer estratégia para o turismo deva ser balizada entre medidas de fundo e uma constante capacidade de ação e adaptação, face às rápidas alterações de mercado ou sociais, com campanhas de promoção e comunicação diretas e sugestivas junto dos próprios consumidores.

OBJETIVO: Redefinir a “Marca Madeira” com o que temos de melhor e mais autêntico.

Medidas

Apostar na promoção direta junto do consumidor final para assegurar uma procura dinâmica e a notoriedade do destino.

Manter a promoção institucional na Associação de Promoção da Madeira (APM), reforçando fortemente a sua capacidade de investimento numa promoção eficiente e eficaz.

Antever e preparar soluções para evitar a saturação de zonas de interesse turístico devido à sobrecarga humana.

Criar novos pontos de interesse turístico, em estreita colaboração com as entidades responsáveis, os municípios e os empresários, fomentando assim um maior envolvimento local.

Potenciar o produto Levadas da Madeira como património único e um símbolo expressivo de como é possível a intervenção humana sem danificar a paisagem.

Melhorar a informação nos percursos pedonais sobre as dificuldades inerentes, a identificação das espécies florestais e dos locais que podem ser observados.

Constituir equipas de jovens, com formação nas áreas da biologia, ambiente e paisagem e o domínio de línguas, para circularem nos percursos, ajudando na conservação e limpeza, transmitindo ao caminhante uma imagem de segurança e abrindo novas oportunidades de trabalho.

Estabelecer uma estratégia cultural que promova uma proximidade natural entre a cultura e o turismo.

Criar condições para envolver o turista em experiências únicas com a população residente, nomeadamente em atividades tradicionais.

Dinamizar e apoiar a criação de conteúdos e experiências relevantes e com nível de excelência para o turista, potenciando a autenticidade e a especificidade dos recursos turísticos, naturais, paisagísticos, humanos e culturais da Região.

Criar uma estratégia integradora para o setor do turismo, mas com carácter flexível que abarque a promoção, a formação, a gestão das plataformas e de outros fatores que se mostrem determinantes na promoção da Madeira.

Reforçar os apoios e as parcerias com a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM) na promoção e formação profissional qualificada. Contribuir para um ensino de excelência orientado para a entrada no mercado de trabalho, para a progressão dos estudos ou para a inovação das práticas profissionais.

Realizar programas de formação, a organização de workshops temáticos para os agentes turísticos, que permitam debater questões relacionadas com a qualidade do serviço e a importância da competitividade dos negócios e do destino como um todo.

Reforçar os sistemas de incentivo existentes, visando a modernização e a requalificação de projetos turísticos privados.

Publicitar a “Marca Madeira” com base nos produtos endógenos, tais como o vinho, o bordado, o vime e o património arquitetónico e cultural.

Direcionar os recursos promocionais existentes para novos públicos, com enfoque para aqueles que procuram a diferenciação em áreas como as atividades ao ar livre, passeios a pé, escalada, canyoning, observação de aves e cetáceos, surf, trail, entre outras.

CULTURA E PATRIMÓNIO

Aprofundamento de uma sociedade democrática mais evoluída, culta e informada

O património é entendido como a união de gerações que estabelece a ponte entre o passado e o presente, em termos de herança cultural e patrimonial das sociedades. Cada geração tem o dever de o preservar para deixar de herança aos vindouros.

Sucedem que na Madeira, desde os primórdios da Autonomia sempre com a governação do PSD à frente dos destinos da Região, assiste-se a um endeusamento de tudo o que é novo e a um inusitado desdém pelo património edificado dos nossos antepassados.

Nesta matéria, algumas práticas contam histórias de assombrar. O mundo estremeceu em 2015 quando o líder jihadista egípcio ordenou a eliminação de todos os antigos monumentos, incluindo a Esfinge e as Pirâmides de Gizé, uma das sete maravilhas do mundo. Assistiu-se a uma ira coletiva global contra a destruição desse património coletivo.

Uma sociedade que apaga as memórias deixadas por gerações passadas é uma sociedade condenada ao fracasso porque intolerante e desintegrada da evolução civilizacional e humanista.

É possível influenciar mudanças e comportamentos. É esse propósito que o JPP abraça com convicção. Podemos melhorar, adaptar, reconstruir e preservar sem destruir. Recorrer a modelos de gestão territorial apoiados na valorização do património e contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da imagem de marca dos lugares e sítios, através do reforço da sua identidade.

O património e a cultura são fundamentais para tornar uma sociedade democrática mais evoluída, culta e informada. Mas para isso é imperioso mudar práticas regionais, renovar as políticas públicas, ter uma cultura de respeito pela nossa identidade e preservar a nossa herança patrimonial e cultural.

Num quadro de desenvolvimento global e sustentado, devemos valorizar, preservar e fomentar a cultura e o património como marcas perenes da identidade de uma comunidade e elemento potenciador de individualidade.

É a cultura que, num contexto de globalização generalizada, se consubstancia na verdadeira e única fronteira individualizadora de povos e regiões. Esta é, cada vez mais, a autêntica pátria de cada um e de cada região.

Nos últimos anos, em virtude da grave crise económica que nos assola, tem-se evidenciado um cada vez maior abandono da nossa cultura, artistas e património que colidem, muitas vezes, com interesses particulares e economicistas, mais preocupados com o lucro fácil ou dando prioridade a outras políticas mais imediatistas e propagandistas, sendo a cultura sistematicamente subalternizada e desvalorizada.

É importante contrariar a ideia de que valores culturais e patrimoniais se opõem aos interesses económicos. Pelo contrário, num mundo cada vez mais igual, a cultura, como elemento identificador da comunidade, tem hoje um papel fundamental porque aliada do desenvolvimento económico gerador de emprego e de riqueza, sendo ainda uma mais-valia potenciadora das atividades turísticas. Isto significa que a noção de progresso-desenvolvimento versus cultura terão que ser reajustados.

O que se tem verificado é uma degradação cada vez maior do nosso património histórico sem que exista uma política séria de preservação e conservação.

A indústria do turismo tem uma forte ponderação na Madeira, pelo que a atenção e o cuidado a ter com a manutenção e consolidação do nosso património cultural deve ser reforçada, para impedir a descaraterização, a despersonalização e a perda de identidade, que resultaria em graves consequências económicas.

A este nível, a classificação, a proteção e a valorização do património cultural são matérias de interesse específico e competência da Região, pelo que ao Governo Regional está colocada uma responsabilidade acrescida nesta matéria.

Construiu-se nos últimos anos uma série de equipamentos culturais, que agora estão praticamente votados ao abandono e à deriva sem que tivesse existido uma programada e planificada política cultural.

OBJECTIVO: Salvaguardar, reabilitar, classificar e preservar, paulatinamente, o nosso património e a cultura.

Medidas

Dinamizar as várias estruturas culturais com programas genuínos e de qualidade, abrindo concursos de direção para as pessoas mais capazes e com mérito reconhecido.

Abrir concursos de ideias e de execução para a requalificação do património construído, sempre tendo em conta o melhor fim a que se destina, tendo como prioridade o usufruto coletivo.

Iniciar a recuperação e a preservação dos poios agrícolas para apresentar candidatura a Património Mundial da UNESCO. Se este património se extinguir será uma perda enorme para a nossa paisagem humanizada e um desrespeito pelos sabres ancestrais que eles representam.

Criar o Museu da Música e dos Instrumentos Tradicionais da Madeira.

Construir um pavilhão multiusos na Freguesia do Caniço.

Fomentar e apoiar a reabilitação urbana por parte dos privados.

Proceder, por via de concurso público, sempre que esteja em causa a instalação e intervenção artística no espaço público, como esculturas, monumentos comemorativos, mural, arquitetura, etc., de forma a promover o espírito crítico e o debate por meio da renovação e inovação de linguagens estéticas, assim como a maturação e a diversidade de visões que, de forma democrática, fomentem a igualdade de oportunidades, o esclarecimento e a atualização do fenómeno artístico no meio da cidadania permitindo, por sua vez, pensar a semiótica do espaço urbano.

Criar parcerias institucionais para a efetiva divulgação e discussão científica sobre os aspetos da arte pública contemporânea, consultando para o efeito artistas da especialidade, académicos, investigadores, críticos, curadores, galeristas e gestores culturais, todos com mérito acreditado no panorama regional, nacional e internacional. Ensinar a diferença entre arte pública e arte no espaço público, sendo a primeira a possibilidade de ativar a participação da cidadania e o exercício de pensar o presente.

Promover as relações de cooperação entre arte e arquitetura. Fazer cumprir o contrato dialético entre ambas, através de eventuais edificações arquitetónicas, integrando nas mesmas uma obra artística, resultante da percentagem do orçamento geral de construção do imóvel. Recomenda-se, assim, que o arquiteto avalie, com um júri, a adaptação de um projeto artístico, que integre o projeto desde a sua primeira fase.

Considerar as intervenções de índole paisagista por especialista da área (arquiteto paisagista), sempre que possível, integrando equipas multidisciplinares das áreas da antropologia, história, sociologia, urbanismo, arte, filosofia, biologia, botânica, que estude de forma coerente e experimental as intervenções artísticas no espaço público e os resultados das operações nos espaços naturais e artificiais.

Consciencializar o público e os promotores de que a cultura é um bem que deve ser devidamente remunerado e não uma atividade feita por carolice. Respeitar o esforço e o empenho intelectual dos artistas plásticos e escritores. Assegurar os meios financeiros para a publicação de obras científicas.

Distinguir entre cultura erudita e popular, dois vetores culturais distintos, mas que não se devem anular nem se sobrepôr, antes caminhando lado a lado, sendo ambos devidamente valorizados, como testemunhos estéticos e psicológicos do sentir das gentes.

Promover uma oferta cultural contemporânea e histórica diversificada. Valorizar o panorama artístico e cultural local, regional e nacional, capaz de promover a cidadania, a participação, a fruição e a crítica do público. Sensibilizar os cidadãos para os valores patrimoniais e culturais e dar a conhecer as diferentes vertentes da cultura vernácula e erudita.

Promover a conservação, exposição, ação cultural e a investigação referente aos bens culturais resguardados nos nossos museus e nos núcleos museológicos.

Contemplar recursos financeiros nacionais e comunitários para o restauro e preservação do património, estabelecendo formas de o rentabilizar.

Criar um fundo para a dinamização cultural de rua nos concelhos da Região, de modo a revitalizar as vilas e as cidades, através de espetáculos musicais, pinturas, atividade teatral e circense, projeções em 3D nos edifícios.

Projetar a Semana das Artes como um evento cultural relevante, que expressa o melhor que se faz na comunidade educativa, colocando-a na Agenda Cultural e integrando os eventos de promoção externa da “Marca Madeira”.

Promover a classificação de imóveis de reconhecido interesse público.

COMUNIDADES: EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Saber acolher para ser bem recebido

A emigração de madeirenses data do século XVII. Mas apenas no século XX a Ilha despertou para o impacto que teve na economia regional as remessas enviadas pelos emigrantes para as famílias e para a banca.

Durante muitos anos, foram as poupanças dos emigrantes que permitiram aos bancos conceder créditos a empresas e a privados, garantindo algum ânimo à economia regional em épocas de reduzido investimento público.

Depois da adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, e com a expectativa da chegada de avultados fluxos financeiros, a Região e o País desvalorizaram a importância das remessas dos emigrantes.

A banca, por outro lado, nos últimos anos, trouxe enormes desconfianças e desilusões à diáspora com a falência de alguns bancos e a não garantia de devolução dos depósitos dos emigrantes.

A Madeira tem muito a beneficiar com os madeirenses espalhados por todos os cantos do mundo. Eles são os verdadeiros embaixadores das potencialidades de investimento na Região. Igualmente importante é criar condições de acolhimento para os que querem regressar, trabalhar e facilitar as oportunidades de investimento.

Medidas

Incentivar e apoiar o investimento dos emigrantes e lusodescendentes na Madeira.

Articular com o Governo da República o alargamento à Região de todos os programas de apoio às comunidades portuguesas, para assim incluir os imigrantes que estão a regressar à Região.

Criar condições mais favoráveis ao acolhimento dos imigrantes, com a simplificação de procedimentos em vários setores da vida social, com vista a uma integração mais célere e eficiente na comunidade madeirenses e porto-santense.

Criar condições mais favoráveis à rentabilidade das suas poupanças.

Agilizar os processos de reconhecimento dos graus académicos.

Dar maior expressão e dinamismo ao Conselho das Comunidades Madeirenses.

Estimular a promoção e a divulgação dos produtos regionais junto da diáspora, com o objetivo de aumentar as exportações e ajudar a projetar o destino Madeira.

Garantir o acompanhamento e a proximidade à diáspora madeirense e porto-santense.

Proporcionar aos emigrantes, com reconhecidas dificuldades financeiras, uma “visita de saudade” à sua terra natal.

Desenvolver projetos de intercâmbio nos meses de Verão que proporcionem viagens dos filhos dos emigrantes à Madeira e de estudantes madeirenses à comunidade de emigrantes.

PORTO SANTO

Esbater a dupla insularidade

A Ilha do Porto Santo tem uma economia extremamente sazonal, com graves reflexos negativos no tecido económico e social local. É preciso conceber políticas económicas que reduzam o período da sazonalidade e não persistir no modelo seguido nos últimos anos de tentar acabar com a sazonalidade derramando apenas recursos financeiros em projetos que se provaram errados.

As reduções tarifárias aplicáveis à população residente naquela ilha correspondem a uma medida social de grande alcance no combate à dupla insularidade. Igualmente importante para reduzir a sazonalidade no plano económico são os impactos do subsídio social de mobilidade atribuído aos cidadãos residentes na Ilha da Madeira, no âmbito dos serviços públicos de transporte aéreo e marítimo, entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Porto Santo.

Este subsídio conseguiu trazer ao Porto Santo uma pequena melhoria na área económica, de que tanto precisava, especialmente nos setores do turismo e restauração, em épocas baixas.

No entanto, o horário do Lobo Marinho não serve os porto-santenses, pois tem, maioritariamente, uma saída às 19:00h do Porto Santo ou, na melhor das hipóteses, duas saídas por dia, uma às 12:00h e outra às 19:00h.

O avião inter-ilhas tem um horário que, tal como o ferry, não serve primordialmente os porto-santenses, tendo atualmente duas saídas do Porto Santo, uma às 8:30h e outra às 18:30h, e o regresso às 7:30h ou às 17:30h. Estes horários impossibilitam qualquer tipo de marcações na Ilha da Madeira antes das 9:00h ou depois das 17:00h, sem envolver estadias e refeições extra, por ter de ficar mais de um dia na Ilha da Madeira, dificultando também a vida daqueles que estão em trânsito para o exterior do arquipélago ou de regresso a casa.

Todas estas dificuldades existentes no setor dos transportes afetam o setor económico, mas também o setor lúdico, por exemplo, os clubes desportivos, nas suas deslocações para fora da Ilha, quer por via marítima, quer por via aérea.

Os empresários porto-santenses, também eles integrados numa Região Ultraperiférica, devem beneficiar de apoios fiscais especiais que lhes permitam alavancar os seus projetos económicos e criar postos de trabalho, em áreas como o mar, as atividades náutico-turísticas, a talassoterapia, o turismo de saúde, a restauração, a hotelaria, o ambiente, as energias limpas e a agricultura.

A sazonalidade do Porto Santo não pode, por outro lado, criar dificuldades aos residentes na denominada época alta, período em que a população se multiplica e causa enormes constrangimentos nos serviços prestados, em particular nas áreas da saúde e da segurança.

Entende o JPP que é necessário dotar o Porto Santo de ferramentas de competitividade, para que a Ilha possa estar em pé de igualdade com outros destinos semelhantes e consiga, assim, esbater a dupla insularidade, reduzir o desemprego e as dificuldades sociais.

Medidas

Garantir a linha marítima Porto Santo-Madeira durante o tempo de paragem para a manutenção do ferry inter-ilhas.

Substituir o ferry inter-ilhas por outro mais moderno e rápido, cumpridor das novas diretivas europeias relativas às emissões poluentes, mais estável em condições climáticas adversas e com maior conforto para os passageiros.

Reforçar a necessidade de assegurar o contrato de ligação aérea, evitando as sucessivas prorrogações.

Negociar e incentivar o surgimento de novos voos diretos entre os aeroportos de Lisboa e Porto e o aeroporto do Porto Santo.

Incluir no trajeto Porto Santo-Funchal, o subsídio de mobilidade aérea, quando em trânsito para o continente e vice-versa, pagando apenas 86 euros.

Criar a tarifa desportiva para o transporte aéreo (semelhante à que existe entre o Funchal e Lisboa) que permite às equipas da Madeira e do Porto Santo viajar em competição dentro do arquipélago a preços acessíveis.

NATUREZA, MAR E PATRIMÓNIO

Potenciar os elementos característicos da ilha do Porto Santo, a sua natureza e o seu património, mantendo as suas individualidades que a tornam única no mundo.

Preservar o património material e imaterial, recuperar práticas culturais próprias das gentes da Ilha e promover a sustentabilidade ambiental.

Valorizar e preservar o património edificado (moinhos, eiras, solares, muros de croché, fornos da cal, salinas) e o património imaterial (tradições/folclore/gastronomia) enquanto atrativos turísticos.

Reativar a lota do Porto Santo por forma a garantir a comercialização do peixe capturado localmente.

Desenvolver campanhas efetivas de reflorestação com plantas autóctones, em particular nos picos da Ilha.

Promover e salvaguardar a praia do Porto Santo, através da implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e da criação de unidades de apoio à praia (sanitários/balneários) junto aos principais acessos.

Garantir o acesso à praia, contrariando a privatização de acessos.

Substituir as eólicas e reforçar a aposta nas energias renováveis.

Substituir condutas de água em troços críticos para evitar roturas e perdas.

Criar o Observatório da Praia e do Mar para ir acompanhando as dinâmicas e as mudanças decorrentes das alterações climáticas.

Criar uma taxa sobre os veículos de combustão que entram na ilha.

SAÚDE E ENVELHECIMENTO

A área da saúde, tal como acontece na Ilha da Madeira, carece de reformas estruturais, sendo fundamental o reforço da proximidade e o combate à lista de esperas, por exemplo, na especialidade de oftalmologia, que chega a ultrapassar os 12 meses sem atendimento, com as consequências óbvias.

A distância entre o Porto Santo e o Hospital Dr. Nélio Mendonça obriga, necessariamente, a uma monitorização constante dos utentes, de forma a precaver evacuações de emergência, que poderão ser evitadas se existir um acompanhamento de proximidade dos doentes.

Pela sua transversalidade o envelhecimento populacional coloca o Porto Santo perante um desafio demográfico complexo, sugerindo dinâmicas específicas dos serviços disponíveis de apoio à população idosa, promoção do envelhecimento saudável e incentivos à natalidade.

Medidas

Criar a cirurgia de ambulatório no Porto Santo, de acordo com as necessidades da população, para evitar gastos decorrentes do transporte e estadia dos porto-santeses nas deslocações à Madeira.

Estabelecer uma extensão da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências no Porto Santo (UCAD-PS), como forma de combater os graves problemas aditivos que existe no Porto Santo, com consequências nefastas para os agregados familiares.

Tornar esta Unidade uma referência a nível nacional e internacional.

Reforçar a capacidade técnica e humana dos serviços de apoio ao domicílio, centros de dia e de convívio.

Alargar a resposta social das estruturas residenciais para idosos no Porto Santo, tornando-as, à semelhança da UCAD-PS, uma referência nos cuidados que prestam.

Dotar o Centro de Saúde de especialidades como a Pediatria para fazer face às várias problemáticas da Infância, como por exemplo e entre outras, o autismo.

Promover a instalação de uma câmara hiperbárica, para responder a diversas patologias ou dar resposta a solicitações na área do mergulho.

EDUCAÇÃO E DESPORTO

Medidas

Atrair cidadãos e massa crítica através da criação de um Instituto ligado à Universidade da Madeira, na área da Biologia Marinha e fazer do Porto Santo um centro privilegiado de investigação e ciência do mar.

Rentabilizar recursos através da Construção de um Polo Educativo, centralizando creche, infantário, escola do 1º, 2º, 3º e secundário, no Sítio das Matas.

Recuperar, em parceria com os clubes locais, as infraestruturas desportivas degradadas, incentivando o usufruto para diferentes atividades, de caráter cultural, recreativo, desportivo/pedagógico e social.

Ceder o complexo de ténis a um clube local que, pela sua proximidade, dinamize e rentabilize o espaço.

Suportar a manutenção das infraestruturas Estádio José Lino Pestana e o Pavilhão do Sporting Clube do Porto Santo.

Construir novos espaços para a prática de padel e basquete de rua.

Criação de incentivos à fixação de professores e educadores e técnicos especialistas, em áreas em falta.

Recuperação estrutural do infantário público.

CIDADANIA E SOCIAL

Medidas

Criar o Conselho de Ilha do Porto Santo, que deverá reunir pelo menos uma vez por ano, cuja composição plural e intergeracional permita propor, democraticamente, ideias e soluções para os problemas que afetam o Porto Santo.

Recuperar as infraestruturas degradadas e permitir o seu uso pela população residente durante todo o ano.

Aumentar a oferta formativa para os jovens e os desempregados de longa duração.

Dignificar os serviços disponíveis à população, principalmente no que concerne aos agentes de segurança e do tribunal.

Promover com maior frequência os intercâmbios entre as organizações culturais porto-santenses e madeirenses.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Medidas

Negociar com a República a devolução ao Tribunal do Porto Santo de competências na área das insolvências.

Desenvolver esforços para dotar o Porto Santo de uma esquadra de polícia condigna para os agentes que prestam serviço.



Juntos pelo Povo

**<http://www.juntospelopovo.pt>
E-mail: movimentojpp@gmail.com
Telefone: +351 291 210 548**